ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 513
4 de Novembro de 1983

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

TESES PARA O X CONGRESSO

com a publicação neste número do ‹Avante!› das Teses para o X Congresso apresentadas pelo Comité Central entramos na preparação concreta dos trabalhos que reunirão no Porto de 15 a 18 de Dezembro os delegados que entretanto iremos também eleger. O debate das Teses que o CC coloca à apreciação de todo o Partido será um elemento determinante para o enriquecimento da análise dos últimos quatro anos de vida do Portugal de Abril em que assentam as linhas de orientação para o futuro. Ao trabalho, pois!

Suplemento

ABERTO O DEBATE NO PARTIDO

Um aspecto da manifestação do passado sábado em Lisboa

CENTENAS DE MILHAR DE PORTUGUESES MANIFESTAM-SE EM DEFESA DA PAZ

Págs. centrais

SEMANA

26
Quarta-feira

Termina na AR a interpelação do PCP ao Governo sobre política económica e financeira, sem que os representantes da coligação PS/PSD tenham conseguido demonstrar que a sua política é a necessária nem que os acordos com o FMI eram inevitáveis ■ A diocese de Setúbal divulga um comunicado comentando a difícil situação económica dos trabalhadores portugueses, em particular os do distrito, e alertando para as gravosas consequências da aplicação do «lay-off» ■ A Inter anuncia novas acções de massas para os dias 3, 17 e 24 de Novembro contra a desastrosa política do Governo PS/PSD ■ O dirigente soviético Iuri Andrópov afirma que a instalação dos mísseis norte-americanos na Europa significará o termo das negociações de Genebra ■ Os países do Sahel apelam à solidariedade internacional na sua luta contra a seca que afecta a vida de 30 milhões de africanos ■ O governo de Cuba informa que a resistência dos trabalhadores cubanos à invasão de Granada termina sem rendições.

27
Quinta-feira

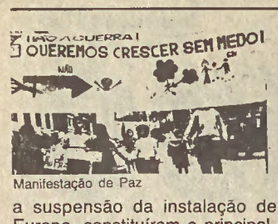
Metalúrgicos protestam

Demite-se o secretário de Estado do Fomento Cooperativo, Mesquita Machado, ex-presidente da Câmara de Braga, ao mesmo tempo que naquela cidade a APU apresenta em conferência de imprensa provas de corrupção daquele membro do PS durante os sete anos que presidiu à edilidade ■ Os metalúrgicos do concelho de Lisboa manifestam-se junto à AR exigindo a negociação do seu contrato colectivo de trabalho ■ O Conselho de Ministros aprova um documento sobre «saneamento financeiro de emergência das empresas industriais» ■ Realiza-se no Chile a 7.ª jornada de protesto nacional contra a ditadura de Pinochet ■ Representantes de 16 países da NATO iniciam no Quebec uma reunião do Grupo de Planos Nucleares ■ As tropas dos EUA no Líbano iniciam a construção de uma base militar em Beirute ■ A agência EFE anuncia que a administração Reagan já formou um governo fantoche para se instalar em Granada.

28
Sexta-feira

Os problemas criados pela entrada em vigor do «imposto de saída», nomeadamente o cancelamento de vindas de turistas a Portugal, força o ministro do Comércio e Turismo a admitir que o mesmo poderá vir a ser «reconsiderado» caso venha a afectar a economia nacional ■ A Associação Portugal-Angola considera provocatória e prejudicial das relações entre os dois países a actividade de conspiradores antiangolanos, como a FNLA, que ainda recentemente foi autorizada a dar uma conferência de imprensa em Lisboa ■ O Comité Central do PCP aprova as teses a apresentar ao X Congresso do Partido ■ Os Estados Unidos recorrem ao veto para impedir na ONU a sua condenação pela invasão de Granada ■ A sétima jornada de protesto no Chile salda-se em dois mortos, trinta feridos e cerca de 150 prisões.

29
Sábado



Manifestação de Paz

Centenas de milhares de pessoas desceram às ruas em sete cidades do País para participar nas Marchas da Paz. O prosseguimento das negociações de Genebra com vista à limitação e ao controlo dos armamentos e ao desarmamento, incluindo a suspensão da instalação de quaisquer novos mísseis na Europa, constituíram o principal apelo dos manifestantes ■ Organizações representativas dos trabalhadores do «Diário Popular» contestam medidas de reestruturação preconizadas pela administração, alegando que se trata de um primeiro passo para a declaração da empresa em situação económica difícil ■ A Central de Trabalhadores da Guatemala denuncia a presença de quatro mil soldados daquele país junto à fronteira com El Salvador, presença esta que consideram estar ligada a planos agressivos contra a Nicarágua.

30
Domingo

A CGTP-IN revela, num balanço parcelar, que mais de 117 mil trabalhadores têm os salários em atraso, sendo os mais atingidos os dos sectores metalúrgicos, transportes e têxteis ■ O MDP/CDE acusa o Governo de, com a sua política, «acentuar as desigualdades sociais, o autoritarismo e a repressão económica» ■ A Organização do PCP nos Açores exige que o Governo impeça o trânsito de ogivas nucleares na base das Lajes, nos Açores ■ A delegação do PSOE abandona o congresso do PS francês, por desacordo com a posição dos socialistas franceses quanto ao alargamento da CEE ■ Violento sismo na Turquia provoca mais de mil vítimas ■ Jornais londrinos revelam um plano dos EUA para invadir a Nicarágua e instalar um governo provisório escolhido por Washington; uma sondagem divulgada em Londres revela entretanto que a maioria dos ingleses não confia nos EUA quanto ao controlo conjunto dos euromísseis.

31
Segunda-feira

O Primeiro-Ministro Mário Soares, interpelado em Setúbal por cerca de 200 trabalhadores com salários em atraso, afirma que diálogo com eles «só com a polícia» ■ Representantes dos trabalhadores da Lisnave revelam que a empresa deve mais de 600 mil contos ao seu pessoal ■ Rui Manchete, ministro da Justiça, afirma num jantar da Trilateral que «uma nação de pacifistas está vocacionada para a perda da independência» ■ A Associação de Comerciantes de Carnes de Lisboa prevê que o quilo de bife ultrapasse os mil escudos em Março, se o Governo não tomar medidas ■ Centenas de pessoas concentram-se junto à embaixada norte-americana em Lisboa exigindo a retirada imediata dos EUA de Granada ■ Começa em Genebra o Congresso de Reconciliação Nacional do Líbano ■ O Sínodo do Cabo, na África do Sul, anuncia a abertura das suas portas aos fiéis de todas as raças; o Sínodo, até há pouco defensor do *apartheid*, aplica com esta reviravolta um profundo golpe no seio dos racistas sul-africanos.

1
Terça-feira

Mota Pinto regressa a Lisboa após ter participado na reunião do Grupo Parlamentar Nuclear da NATO onde, segundo afirmou, foi tratado o empenhamento dos membros da Aliança Atlântica na instalação dos euromísseis ■ Uma bomba explode em Leiria junto ao posto da GNR; o atentado foi reivindicado pelos autodenominados Grupos Autónomos Revolucionários ■ A Associação de Hoteleiros do Algarve ameaça reter o imposto de turismo se o Governo não revogar a taxa de mil escudos para a saída do país ■ Chegam à Grã-Bretanha os primeiros mísseis de cruzeiro norte-americanos; o semanário «Stern» afirma que em 15 de Dezembro será a vez da RFA receber as novas armas nucleares ■ A cadeia de televisão ABC, dos EUA, anuncia a realização de manobras de oito unidades da Marinha norte-americana perto das costas de Cuba.

Editorial

TESES LIGADAS À VIDA E À LUTA

A publicação neste número do «Avante!» das Teses do Comité Central para o X Congresso do PCP, juntamente com as propostas de alterações dos Estatutos, abre uma fase de intenso debate político no seio do Partido que terá a sua conclusão em 18 de Dezembro, data de encerramento dos trabalhos do Congresso no Palácio dos Desportos do Porto.

É um debate interno, sem dúvida com uma forte repercussão externa. Às Teses hoje publicadas deve ser dada a maior difusão de massas possível. Cada trabalhador, cada português, pode acompanhar de perto o processo de um debate amplamente democrático no interior do PCP, pode, se assim o quiser, fornecer um contributo útil para o aprofundamento político das Teses.

Naturalmente uma outra fase vai depois seguir-se – a da aplicação prática das decisões do Congresso na actividade geral do Partido.

A vida e a luta confirmarão do seu acerto.

Entretanto, uma primeira nota: a escolha da cidade do Porto para a realização do nosso X Congresso não é fortuita. Tem uma intenção política e um significado partidário que devem ser realçados.

Parte do reconhecimento efectivo do valor do proletariado nortenho na luta e no amadurecimento político da classe operária portuguesa; da importância da capital do Douro no panorama sociopolítico do País; do pujante alargamento da força e influência políticas e da capacidade mobilizadora dos comunistas da Organização do Porto e da sua intervenção crescente no processo democrático na sua Região. É também um estímulo para a realização das suas tarefas imediatas e futuras.

Confirma além disso o PCP como grande Partido nacional solidamente enraizado nas massas populares das diversas regiões, profundamente inserido na luta pela satisfação das suas aspirações mais sentidas e pela solução dos problemas fundamentais do País.

Uma segunda nota: o X Congresso do PCP realiza-se no contexto de uma situação social e política tensa e de uma crise generalizada e aguda.

No plano interno e no plano internacional.

No plano interno, tem lugar, num momento alto da resistência popular ao novo surto da política de recuperação capitalista inaugurado com particular violência pelo Governo PS/PSD e da resposta dos trabalhadores à brutal ofensiva dos actuais governantes, sob o comando de Mário Soares, contra as suas condições de vida, as suas garantias de trabalho, os seus direitos sociais, integrada numa estratégia de restabelecimento acelerado do poder económico e político do capital financeiro, sucursal do imperialismo, que levaria em linha recta à destruição do 25 de Abril e das suas principais conquistas.

No plano internacional coincide com um novo surto de agravamento da crise geral do sistema capitalista mundial, da resistência dos povos à política agressiva do imperialismo norte-americano e à grave ameaça de uma devastadora guerra nuclear, resultante da estratégia belicista da administração Reagan, susceptível de aniquilar a vida sobre a Terra.

As Teses do Comité Central para o X Congresso do PCP reflectem naturalmente as particularidades desta situação conjuntural, avançam propostas políticas para a enfrentar, propostas que certamente sairão enriquecidas do debate em todo o Partido e que o X Congresso culminará.

Mas as Teses e as propostas de alterações dos Estatutos reflectem também as grandes linhas de evolução da etapa histórica que vivemos, representam uma contribuição de valor para a compreensão dos grandes fenómenos da actualidade e do papel insubstituível dos comunistas nas grandes transformações revolucionárias da nossa época na vida da Humanidade e do nosso próprio povo.

As Teses e as propostas de alteração dos Estatutos inserem-se deste modo na acesa batalha ideológica da hora actual. O seu enriquecimento pelo debate de todo o Partido apetrechará os comunistas portugueses para a realização cabal das grandes tarefas que a situação lhes coloca e à classe operária portuguesa.

O facto de o projecto original das Teses ter recebido mais de mil propostas de emendas dos membros do CC, das quais mais de oitocentas foram introduzidas no texto definitivo, é um índice vivo do trabalho colectivo e dos métodos democráticos do PCP.

As Teses são a partir de hoje submetidas ao debate do Partido.

O seu texto será consideravelmente enriquecido pela contribuição de muitos milhares de camaradas em milhares de reuniões e assembleias de células que o discutirão nas normas amplamente democráticas que regem o Partido e nele introduzirão a súmula de uma experiência vasta, rica e multiforme.

Só na Organização Regional de Lisboa estão já convocadas mais de setecentas reuniões plenárias, e por todo o País, desde o Minho às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, todo um programa de discussão das Teses, das propostas de alterações dos Estatutos e da eleição dos delegados está desde já em curso.

No primeiro dos seus nove capítulos as Teses abordam de maneira apropriada as características dominantes da situação internacional actual e o seu desenvolvimento previsível assim como as novas condições do movimento operário internacional.

Constituem, na essência, um factor de confiança na marcha irreversível do mundo para a libertação dos trabalhadores do sistema de opressão e exploração capitalista, num processo irregular, sob as ameaças e a agressividade do imperialismo que tenta inutilmente travar a sua derrocada final, mas que será vitorioso.

As Teses do Comité Central enunciam as quatro grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo e põem em relevo a importância da sua unidade.

Os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas constituem as grandes forças da emancipação dos trabalhadores e dos povos que se afirmaram no mundo dos nossos dias.

Estas particularidades do desenvolvimento da situação internacional determinam as relações do PCP com o mundo e a posição dos comunistas sobre a política externa de Portugal.

O PCP não limita as suas relações apenas com outros partidos e movimentos em oposição ao poder estabelecido mas desenvolve a sua acção num plano mais largo no sentido de uma intervenção útil no processo mundial.

As Teses põem em relevo a posição excepcional de Portugal no mundo, em particular pelas afinidades de expressão e os laços culturais e económicos com os novos países independentes da África.

O internacionalismo proletário é o vínculo das nossas relações e da nossa solidariedade activa com todos os povos do mundo.

Sete dos capítulos das Teses incidem sobre a situação nacional e as tarefas políticas do Partido.

Uma atenção especial é dada à caracterização da Revolução portuguesa como um processo em movimento.

A Revolução democrática e nacional realizou alguns dos seus objectivos essenciais definidos no VI Congresso do Partido, outros estão por realizar, outros sofreram os efeitos da ofensiva da contra-revolução iniciada em 1976 sob o governo PS sozinho em aliança com a direita e continuada até aos nossos dias pelos governos da direita de que o actual Governo PS/PSD é uma continuidade política agravada.

Entretanto no processo ainda inacabado da Revolução portuguesa, as Teses salientam as grandes derrotas sofridas pela contra-revolução nos últimos anos.

As Teses colocam como factor determinante da crise actual a política de recuperação capitalista latifundista e imperialista, agravada parcialmente por factores externos decorrentes do agravamento da crise geral do sistema mundial do capitalismo.

As Teses salientam que a política de desastre prosseguida pelos governos de direita ou empenhados num processo de direita desde 1976 poderia ser ainda mais séria e grave se a ela não se opusesse a resistência e a luta dos trabalhadores.

Uma particularidade desta luta é a intervenção dos trabalhadores e das massas populares no processo da produção e da vida social e cultural.

Nas empresas públicas e nacionalizadas, na Reforma Agrária, nas colectividades, na frente cultural, a actividade criadora de milhares de trabalhadores, na qual se destaca a força, a iniciativa e o dinamismo dos comunistas, é uma outra frente de luta inseparável das restantes formas do movimento de massas.

É este trabalho criador e a experiência acumulada que estão na base de uma alternativa democrática à política de direita de Soares/Mota Pinto, que o PCP defende, considera viável e em que reivindica a sua participação.

O último capítulo das Teses aborda os problemas da organização, da vida interna e do melhoramento do trabalho geral do Partido.

É um repositório de experiências, de novas formas de trabalho, de criação de condições que coloquem cada vez mais o PCP à altura das suas tarefas diárias e das suas responsabilidades históricas.

A discussão das Teses, a rápida recolha de propostas de emendas, a eleição dos delegados, a resolução das complexas tarefas técnicas relacionadas com a realização do Congresso são objecto de um trabalho necessariamente intenso e operativo.

Na discussão das Teses, em toda a preparação do X Congresso, nas jornadas finais no Palácio dos Desportos do Porto, virá ao de cima a unidade política, a coesão ideológica e a ampla democracia interna do PCP.

Ao trabalho na realização com êxito do nosso X Congresso!

Juventude

Um comentário breve ao anteprojecto sobre aprendizagem

A propósito do projecto de decreto-lei elaborado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social para regulamentação da **aprendizagem** enquanto modo de formação profissional, a Juventude Comunista Portuguesa — JCP decidiu alertar a opinião pública para «os aspectos mais gravosos» do referido documento, ao mesmo tempo que apela às estruturas representativas da juventude no sentido da sua participação activa no debate público do ante-projecto oficial.

«Tal como o fez em encontro tido para o efeito no Ministério do Trabalho», a JCP considera oportuna a divulgação pública duma **primeira apreciação** ao documento («sem prejuízo duma posterior tomada de posição mais completa e pormenorizada»), alertando desde já para três aspectos muito negativos do ante-projecto:

1. **Os jovens inseridos no referido processo de aprendizagem, não lhes sendo reafirmada a sua qualidade de trabalhadores, são completamente privados de direitos fundamentais** (sindicais, à segurança social) **e de quaisquer mecanismos de defesa.**

2. **Aos jovens aprendizes** (cujas idades se podem elevar aos 25 anos) **não é dada a mínima garantia ou perspectiva de emprego. Pelo contrário, pelas facilidades de cessação de contrato de aprendizagem por parte da empresa** (basta a declaração de «inadequação» ou de «desobediência») **o jovem aprendiz pode ser em qualquer altura colocado no desemprego.**

3. **Caso não sejam feitas alterações profundas no articulado referente aos pontos anteriores, os contratos de aprendizagem representarão para o patronato um autêntico brinde de mão-de-obra barata ou mesmo gratuita** (o Estado suportará o «subsídio – salário no primeiro ano e as empresas pagarão nos anos seguintes entre 40% a 60/ do salário mínimo).

Os Dias da URSS em Portugal

Como vendo sendo hábito, a Associação Portugal-URSS comemora os Dias da União Soviética no nosso país com um variado programa destinado a divulgar a realidade soviética e a cimentar os laços de amizade entre os dois povos.

Integrada no 66.º aniversário da Revolução de Outubro, a iniciativa é este ano especialmente dedicada à cultura do Tadjiquistão, uma das quatro Repúblicas soviéticas da Ásia Central.

O programa, que começou na segunda-feira, é preenchido com uma exposição de pintura, gravura, trajos populares e artesanato, fotografia, na Casa do Alentejo em Lisboa, para além da realização de espectáculos de *ballet*, danças e cantares populares e a apresentação de pratos típicos da cozinha do Tadjiquistão. No que se refere à mostra de gastronomia, os interessados poderão apreciá-la amanhã em Cascais, no domingo em Benfica, em Lisboa no dia 7, em Tomar no dia 12 e em Santarém (dia 13).

O grupo de danças e cantares do Tadjiquistão, que vem realizando espectáculos em vários locais desde o dia 1 de Novembro, actuará ainda hoje no Cine-Teatro de Benavente, às 21h; amanhã à mesma hora no Pavilhão dos Desportos em Lisboa; no domingo às 17.30h no Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira; no dia 8, no Pavilhão Gimnodesportivo do Montijo, às 21h; no dia 9, à mesma hora, na Sociedade Musical União Recreio e Sport de Sines; no dia 10, em Faro, no Teatro Santo António, às 21.30h; no dia 11, à mesma hora, no Glório Futebol Clube de Vila Real de Santo António; no dia 12, no Pavilhão Gimnodesportivo de Beja e no dia 13, em Évora, também às 21.30h, no Teatro Garcia de Resende.

Os «Dias da URSS» realizam-se em Portugal desde 1975, tendo no âmbito das suas comemorações trazido já ao nosso país representantes das Repúblicas do Azerbeijão, Ucrânia, Moldávia, Rússia, Cazaquistão, Arménia, Geórgia e Estónia.

A Revolução de Outubro é também assinalada em Almada com diversas iniciativas. Até ao dia 13 de Novembro está patente ao público, na Academia Almadense, em exposição fotográfica sobre o «Rio Dnieper», enquanto no Ginásio-Cine da SFUAP, na Cova da Piedade, se pode apreciar até dia 9 uma exposição fotográfica sobre a «Revolução de Outubro», para além de bancas para venda de artesanato, selos, postais ilustrados e livros da URSS.

Até 12 de Novembro o núcleo de Almada da Associação Portugal-URSS apresenta uma exposição sobre o Tadjiquistão, onde será distribuída documentação sobre vários aspectos de vida económica daquela República e da URSS em geral.

No dia 7 realiza-se um colóquio na SFUAP em que participam, entre outros, representantes da URSS em Portugal. Finalmente, no dia 10, na sede da Associação em Almada serão projectados, às 21.30h, os filmes «Filhos da Revolução de Outubro» e «A RSS do Tadjiquistão».

Comunicado da DORAL

A propósito da aplicação do novo imposto de saída do país

1. A rápida aplicação do novo Imposto de «Saída do País», posta em execução pelo Governo de Soares/Mota Pinto, tem lançado no País e particularmente no Algarve, grande perturbação na actividade turística e justificados protestos dos estrangeiros que nos visitam e dos portugueses que, por necessidades de vária ordem, tem que se ausentar do País.

A tais justificados protestos juntaram-se posições críticas do próprio Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Algarve, de vários agentes económicos ligados ao sector e mais recentemente à posição de crítica e repúdio assumida pela Associação dos Industriais de Hotelaria do Algarve.

2. Desde a primeira hora que o PCP se colocou frontalmente contra a aplicação de tal imposto por ver nele mais um instrumento da nefasta política que o Governo de M. Soares vem empreendendo, política de ruína, atraso e empobrecimento do povo português.

De facto, na sanha de sacar dinheiro de qualquer maneira e sob quaisquer pretextos, este Governo tem-se distinguido por não olhar a meios.

As consequências da aplicação deste novo imposto se são uma maneira fácil do Governo arrecadar dinheiro, podem, como em relação a outros impostos, lançar gravíssimas consequências para a vida do sector turístico, afectando por isso mesmo e por reflexos a economia do País, que dizem defender, e os interesses dos trabalhadores envolvidos.

Aliás, na irresponsável actuação deste Governo não causará qualquer espanto se o mesmo vier brevemente a lançar um novo imposto sobre os nascimentos, colocando um posto de cobrança à porta da maternidade para mais rapidamente ser executado.

3. Todavia compreendendo as razões e o fundamento dos protestos expressos pela Associação dos Hoteleiros do Algarve, na medida em que a aplicação indiscriminada do imposto prejudica seriamente a actividade económica deste importante sector, não podemos deixar de manifestar a nossa discordância àcerca das formas de luta que tal associação decidiu empreender.

De facto, a recusa do pagamento do Imposto de Turismo por parte dos industriais de hotelaria às Câmaras, vai acentuar as já grandes dificuldades com que se debate a gestão autárquica, a contas com os escandalosos roubos do Governo pela não aplicação da Lei das Finanças Locais.

Enfraquecer a capacidade financeira dos Municípios não é em si mesma a melhor forma de protesto contra a política do Governo e mais do que isso, tal actitude vai ela própria dificultar a implementação de obras e gestão de serviços das autarquias, indispensáveis à actividade turística.

4. O que está em causa é a política do Governo, de costas voltadas para a realidade nacional e os interesses gerais da população.

É pois contra este Governo, através de formas de luta adequadas, no respeito pelo quadro da legalidade democrática, que a luta se deve desenvolver, luta de todos aqueles que desejam ver implementada uma política que tenha como objectivo a superação das dificuldades económicas e a saída da crise em que diariamente nos atolamos.

Tal política só pode assentar no desenvolvimento, no incentivo à produção, no aproveitamento dos recursos e riqueza do País e da região, no aproveitamento da capacidade industrial instalada, na defesa dos interesses e regalias dos trabalhadores e do povo português.

Faro, 2 de Novembro de 1983

A Direcção da Organização Regional do Algarve do Partido Comunista Português

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750
Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205 82

Tiragem do mês de Outubro 44 167

Assembleia da República

Interpelação do PCP

Não responder para fugir às responsabilidades e às censuras

Raramente uma interpelação ao Governo na Assembleia da República terá suscitado tanto interesse da opinião pública e da comunicação social como esta interpelação do PCP centrada sobre a política económica e financeira. Estas palavras de Carlos Brito, a encerrar na passada semana os debates da interpelação por parte do PCP, partido interpelante – intervenção de que publicamos significativos extractos –, apesar de ser uma verdade insofismável, não obteve a correspondente manifestação pública de interesse por parte dos órgãos de comunicação social estatizados. Se muita gente, e sobretudo os trabalhadores, sabiam da interpelação e se mantinham atentos, a televisão, por exemplo, não deu ao País uma pálida ideia do que foi esta iniciativa parlamentar do Partido Comunista Português. Não ficaram a saber que o Governo não respondeu às perguntas dos comunistas, que procurou desviar-se das questões, que riu da situação de miséria em que o executivo PS/PPD afunda os trabalhadores e o País.

O PCP, conforme Carlos Brito afirmou, interpretou as perguntas que os portugueses fazem acerca do que vai ser a sua vida e trouxe aqui a interrogação capital: **o que significa a política que estamos a sofrer? Para onde vamos?**

O pior é que, para além de interpretar as perguntas dos portugueses, o PCP tem também de intrepretar para os portugueses as «respostas» ambíguas do Governo, o seu silêncio, as ameaças do PS e do PPD vestidas de promessas, as contradições em que o Governo tantas vezes se envolveu durante o debate. Mais do que pelas respostas que obteve que foram poucas e pouco sérias, a interpelação do PCP valeu pela crítica exaustiva a que procedeu no âmbito da política económica e financeira do Governo, pela análise da situação actual, pelas alternativas que apresentou, pelas fundas esperanças que deixou ao concluir que é possível outra política, ao serviço dos portugueses e do País.

Uma política má

Assinalando algumas conclusões fundamentais do debate, o presidente do grupo parlamentar comunista sublinhou três aspectos:

1.º – O Governo PS/PSD continua no fundamental a política da 'AD' e consegue agravá-la em alguns aspectos.

2.º – A política de recuperação capitalista seguida pelo Governo impede a recuperação económica e é um dos factores determinantes da crise.

3.º – O Governo faz a guerra social em vez da prometida concertação e do famigerado «pacto social».

Face a esta política, não apenas os trabalhadores mas, como afirmou o dirigente comunista, «de uma forma cada vez mais evidente, as camadas médias da população, os empresários, os quadros e as suas associações» se preocupam com o futuro.

Muitos não esperariam nada de bom da política da coligação – sublinhou –, **mas poucos esperariam que fosse tão má.**

A participação dos partidos governamentais no debate não trouxe também nenhuma clarificação às questões colocadas pelo PCP ou sequer a ponta de uma resposta. Se o Governo nada respondera (Soares da Costa, da Agricultura, limitou-se a anunciar mais um pacote de cem medidas para a agricultura e bastante gravosas para ela; Amândio de Azevedo, ministro do Trabalho, falou como um ministro do patronato e mostrou não saber sequer quantas e quais as empresas cujos trabalhadores se encontram com salários em atraso, apesar de muito instado em revelar no mínimo um conhecimento superficial dos casos), os partidos governamentais colocaram-se abertamente fora do debate.

Leonel Fadigas, do PS, ocupou-se na tentativa de demonstrar que o PCP não tem alternativas. Amélia de Azevedo, do PSD foi fazer o elogio do ministro da Educação, o que motivou a observação de Zita Seabra: para a próxima interpelação, o PCP chamar-lhe-á interpelação sobre política educativa, a ver se os economistas do PS e do PSD falam sobre política económica! Ambrósio, do PS, deve ter pensado que, com a intervenção produzida, respondia a José Manuel Maia, que na véspera pronunciara um importante discurso cujo tema central foi a situação na Lisnave. Por fim, Almerindo Marques subiu à tribuna para ensinar direitos e democracia, numa triste demonstração de toleima e de ignorância.

Que nos fica dos debates, se exceptuarmos as intervenções dos pequenos partidos – salientando a intervenção de Helena Cidade Moura, do MDP, cujo tom crítico à política governamental não agradou à maioria –, com a UEDS, num discurso tem-te-não-caias, e com a ASDI a alinhar nas razões de Ernâni Lopes? O CDS teve a exclusiva preocupação de distanciar-se do PCP e anunciou mesmo a intenção de não votar uma hipotética moção de censura ao Governo, o que Mário Soares haveria de agradecer no seu discurso final. Por outro lado, os «centristas» choramingaram, como sempre, por não serem suficientemente contemplados na partilha dos tachos.

Que ficou, pois, dos debates? Apenas as intervenções dos comunistas.

A censura implícita

As intervenções dos comunistas (de José Manuel Maia, sobre a Lisnave, exemplo de como os sucessivos governos têm estado ao serviço dos grandes monopolistas; de Custódio Gingão, sobre a prática da repressão que o Governo utiliza contra os trabalhadores, semeando a fome e o desemprego na agricultura portuguesa; de Joaquim Miranda, sobre a situação de asfixia a que o Governo tem votado numerosas empresas; de Carlos Espadinha, sobre a grave situação que se vive no sector das pescas), as intervenções dos deputados do PCP, no seguimento das que abriram o debate, constituiram uma grave acusação à política governamental. Que ficou, como sempre, sem resposta.

Aliás, no final, Carlos Brito avisaria a Câmara sobre o previsível discurso do primeiro-ministro:

O Governo que repete a política da 'AD', repetiu também velhas sentenças falaciosas em defesa dessa política. Algumas delas conhecemo-las ao Primeiro-Ministro desde 1976 (provavelmente iremos ouvi-las outra vez daqui a pouco!). Cá tivemos e cá teremos a falaciosa sentença de que «esta é a única política», que o fundamento da economia é a «recuperação económica», que esta marcha para o abismo é o «caminho da modernização», que «quem não apoia o Governo não é patriota», recordando um estilo de argumentação que ouvimos durante meio século de ditadura, e até que a escravidão pela dívida será a nossa «salvação da bancarrota», etc.

Meu dito, meu feito.

Mário Soares subia depois à tribuna com os agradecidíssimos aplausos das bancadas do PS/PSD/ASDI. Não para responder. Começou por atacar a ausência do secretário-geral do PCP, de acusar de cinzenta e baça a interpelação, de acusá-la, afinal, de desestabilizadora (quem não é por mim é desestabilizador, tal foi o argumento).

Continuando a furtar-se às questões essenciais, viroú a cassete e tocou o mesmo disco: que não é com marchas e «alterações da ordem pública» que se defendem os interesses dos trabalhadores e se resolve a crise do País. Que o PCP quer a mudança de sistema e de regime, mas que a opção, nos países europeus não é entre capitalismo e socialismo mas entre liberdade e autoritarismo.

Ficamos depois a saber pela boca de Mário Soares que: a crise é internacional; que ele já prevenira e anunciara a terapêutica; que não fizera promessas; que tem uma ampla maioria parlamentar e social; que não faz austeridade por prazer; que não há outra política; que se estava perante a rotura financeira e não havia outra política senão agir sobre a conjuntura.

«Viemos salvar o nosso país!», disse com convicção. Que foi evitada a fome, as bichas, o racionamento, que não há tantos desempregados como isso pois que não se fez ainda uma manifestação de desempregados.

Mário Soares admitiu que, em 1978, fizera «com êxito, a mesma política»(!) e apelou a que se não repita o mesmo esquema (aludindo à queda do governo PS/CDS). Voltou a afirmar que o PCP não tinha alternativa. Que o desafio é difícil e implica patriotismo e paciência...

Nada de novo, portanto.

As palavras e os artifícios não mudam a realidade. só por que teve medo é que o Governo não deixou a «sua» imprensa tratar correctamente a interpelação, escamoteando-a. Porque, na realidade, o Governo foi censurado. E o facto de não ter sido formalmente apresentada uma moção de censura que poderia ter sido rejeitada pela maioria «obrigada a fazer uma demonstração de falsa solidez e coesão» não quer dizer, como acentuou Carlos Brito, que a censura não tenha ficado **implícita nesta interpelação partilhada por vastíssimo sectores da vida política e nacional. «Essa não pode ser rejeitada e vai continuar a agir sobre as fragilidades que minam o Governo e a coligação governamental.»**

Carlos Brito: *«Este é um governo de guerra social contra os trabalhadores e contra o povo»*

Encerrando, por parte do PCP, a interpelação ao Governo, o camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista, proferiu um discurso de que publicamos significativos excertos:

(...) Esta interpelação provou duas coisas essenciais:

1.º — o Governo não conseguiu demonstrar que a sua política é a política necessária e menos ainda que eram inevitáveis o acordo que firmou com o FMI e as condições vergonhosas que subscreveu.

2.º — O Governo não conseguiu refutar a alternativa aqui exposta e defendida, com detalhe inédito, pelo PCP e que comporta pontos em que convergem hoje sectores muitos diferenciados, política e ideologicamente, da opinião pública nacional.

Ao longo do debate, o Governo revelou uma notória incomodidade. Tivemos sorrisos do Primeiro-Ministro quando eram denunciadas algumas das situações mais dramáticas com que se debatem os trabalhadores e o povo. Vimos a bisonha frieza e a insensibilidade palavrosa com que os ministros das Finanças e do Trabalho falam de despedimentos, desemprego, salários em atraso e outras situações que atingem gravemente o nosso povo. Foi chocante a inoportunidade e o tom chocarreiro com que o ministro dos Assuntos Parlamentares se permitiu abordar a crise e algumas suas expressões sociais mais agudas como o não pagamento de salários e o roubo do 13.º mês. Os economistas do PSD mais uma vez entraram mudos e saíram calados, o que se torna intrigante e tem inegável significado político. E num momento em que as GPO's prevêm uma diminuição de 5% do produto agrícola bruto (e o mais que decorre das imposições do FMI!), ouvir o ministro da Agricultura dizer aqui que pretende perspectivar a agricultura portuguesa «segundo um perfil europeu», faz perceber completamente por que é que se tinha mantido calado até agora. (...)

A mesma política da AD

(...) Se analisarmos em concreto as medidas que antes eram classificadas pelo PS na oposição de **clamoroso desastre**, veremos que a única diferença é serem hoje chamadas de «salvação nacional».

Ao aumento incomportável do custo de vida dos Governos AD, responde o Governo PS/PSD com o aumento brutal dos preços dos bens essenciais.

Ao desemprego arbitrário e ilegal, ao não pagamento de salários em dezenas de empresas, um dos males diagnosticado por Mário Soares como grande injustiça praticada pela AD (e foi-o sem dúvida!), ocorre o actual executivo com a terapêutica do desemprego legalizado, na chamada «lay-off», com a protecção imoral, desumana e ilegal do patronato que em centenas de empresas não paga salários.

E não se passa a mesma coisa com o tecto salarial? A AD impunha-os por decreto-lei, o PS/PSD numa verdadeira operação de cosmética pretende manter «aumentos de salários abaixo da taxa de inflação quer em 1983, quer em 1984» e mesmo «inferiores à média», como reza com crueza o ponto 9 da carta de intenções imposta pelo FMI.

Ao aumento das taxas de juro, à redução do investimento e dos consumos internos, à desvalorização do escudo, à sobrecarga fiscal, classificadas como **medidas inadequadas** por Mário Soares-oposicionista, responde Mário Soares-Primeiro-Ministro com a desvalorização do escudo, com a redução de investimentos e da procura interna. O aumento das taxas de juro e uma rajada de novos impostos.

Ao desmantelamento das empresas de comunicação social do Estado, ao clientismo político nas nomeações, à censura e manipulação AD, dirigida pelo senhor Alfaia, sucede-se a destruição PS/PSD. À Anop junta-se a EPNC. A Proença de Carvalho, sucede Palma Ferreira. Pataca a mim, pataca a ti, assim são distribuídos os cargos de gestores.

E se a AD teve a sua madrugada sangrenta no 1.º de Maio no Porto, o Governo PS/PSD soma já um negro passivo onde se inscrevem vergonhosamente as repressões dos seareiros de Alpiarça, dos vidreiros da Fontela, dos trabalhadores da CIFA e da Lisnave, as ocupações e espingardeamentos da Marinha Grande...

Esta é a mesma política!

À coragem eleiçoeira do diagnóstico do PS correspondeu uma terapêutica que mantém e agrava a doença.

A razão básica da identidade de política reside antes de tudo, na identidade de objectivos das duas coligações governamentais.

Para o Governo PS/PSD, como antes para os Governos da AD, o objectivo determinante de toda a política é a restauração monopolista. (...)

Constituição é letra morta

(...) É particularmente grave o desembaraço com que o Governo envereda pelo caminho da inconstitucionalidade, contando com as maiorias de que disfruta nos diferentes órgãos de soberania. A maioria comporta-se como se pudesse fazer a cada momento a Constituição que lhe apetecer.

Não foi o próprio Primeiro-Minstro que, no Funchal comentando as delirantes propostas do CDS de revisão da Constituição Económica, declarou que «a Constituição tem virtualidades necessárias para que sejam atingidos os objectivos daqueles que querem rever a Constituição»?!

Talvez por isso, com o mesmo à vontade, o ministro das Finanças referia-se ontem aos projectos de progressiva liberalização da economia, como se o nosso quadro constitucional fosse letra morta.(...)

(...) O Governo PS/PSD que se apresentou em Junho tomando como ponto central da sua propaganda a ideia da concertação, do diálogo e do famigerado Pacto Social (mas que nestes poucos meses multiplicou tropelias e brutalidades) não ousa já fazer uso daqueles *slogans* e já não pode deixar de assumir-se como aquilo que é: um Governo de guerra social contra os trabalhadores e o povo em geral. Um Governo que mobiliza todos os meios para intensificar a exploração dos trabalhadores e desapossá-los dos direitos e conquistas alcançados após o 25 de Abril.

Vimos neste debate a frieza e a distância com que o Governo fala das medidas com que está a agredir o nosso povo.

Fala com indeferença de um milhão de portugueses desempregados!

Admite com naturalidade o despedimento de 30 mil ou mais trabalhadores da função pública!

Nós viemos falar de mais 100 mil trabalhadores com salários em atraso e riram-se. E um ministro depois de gracejar, teve a ousadia de nos perguntar onde é que a Constituição obrigava o Governo a preocupar-se com os trabalhadores a quem não são pagos os salários.

Trouxemos aqui o protesto popular pela baixa brutal do poder de compra, pelo aumento incomportável dos preços e da carga fiscal; falámos dos cortes orçamentais na saúde, no ensino, na habitação; denunciámos que a política governamental está a originar situações de verdadeira miséria e de fome. O Governo, revelando um espantoso desconhecimento da realidade replicou-nos, soberbo: «mas não há bichas».

Nem isso é verdade, mas o pior de tudo é que já nem há dinheiro para haver bichas, de tal maneira se perdeu a capacidade de comprar! (...)

(...) A política que a Constituição impõe, a única política que pode resolver o problema estrutural da nossa economia, a política necessária é outra de sinal contrário: **é o aumento da produção e não a redução do consumo**.

É evidente que há consumos que devem ser reduzidos, aqueles que pela sua natureza e pela sua desconformidade com o nível médio de vida dos portugueses sejam incomportáveis para a situação do País.

Essa é a política de rigor e austeridade que é necessária. (...)

Portugal não é o país pobre de Salazar

(...) **Podemos produzir mais, importando menos.**

Primeiro, porque como demonstrámos durante este debate, há investimentos fortemente reprodutivos que praticamente não exigem componente importada.

Segundo, porque há outros investimentos que exigem importações, mas estas são largamente compensadas do ponto de vista cambial, económico e social pela produção nacional de produtos que até aí se importavam.

Trouxemos aqui exemplos significativos. Não obtivemos resposta. Admitindo que dada a seriedade da questão a resposta tenha sido reservada para o senhor Primeiro-Ministro recordamos e insistimos nalguns aspectos essenciais:

Como se pode admitir que continue paralisado o empreendimento do Alqueva, sabendo-se a sua enorme importância do ponto de vista agro-pecuário, e sabendo-se que praticamente não implica importações?

O que é que impede a produção e industrialização nacional de beterraba sacarina quando é sabido que, um projecto concreto, o dispêndio de 2,4 milhões de contos em divisas seria recuperado em **divisas** em 17 meses de produção visto que o projecto permitia evitar a importação de açúcar no valor de 2 milhões de contos/ano, e isto sem contar com a produção de polpa e melaços?

Como se concebe que de 1976 a 1982 se tenham gasto mais de 150 milhões de contos em divisas para fretamento de navios estrangeiros de transporte de mercadorias e não se renove e deixe degradar a Marinha Mercante Nacional?

Não existem estaleiros navais em Portugal, vivendo graves dificuldades?

Tudo isto, para não falar, por ser por demais evidente, no que se passa na agricultura, na produção de forragens e cereais, no que é o verdadeiro escândalo das pescas (em que o País continua a importar milhões de contos de pescado) e no que se passa em vários sectores industriais, cujo incremento e desenvolvimento permitiria a produção nacional de produtos importados. (...)

(...) Portugal não é o País pobre que Salazar apregoava e que se desprende da oração fúnebre do ministro Ernâni Lopes.

Resolver o problema estrutural da economia nacional só se conseguirá através do aproveitamento das riquezas do País. Só investindo e aumentando a produção (designadamente em sectores em que é mais grave e maior e dependência do País) é que se pode sair da crise.

A história económica, mesmo a recente, é concludente: de todos os países que se submeteram ao FMI e se deixaram cair na armadilha da dívida externa nenhum de lá saiu ou conseguiu desenvolver-se. Os exemplos do Brasil, Jamaica, Chile e todo o drama dos países do chamado Terceiro Mundo aí estão a demonstrá-lo.

Sem o aúmento da produção, sem o aproveitamento dos recursos internos e uma política de independência nacional não só não há desenvolvimento económico e social como os países caem na dívida perpétua, na banalização do reescalonamento das dívidas (que se tem mostrado altamente lucrativo para os banqueiros do imperialismo). Cai-se na «escravidão pela dívida», nas importações impostas, numa posição «neocolonial», subalterna e apendicular na divisão internacional capitalista do trabalho!

Submissão ao imperialismo

Se não arrepiássemos caminho e não mudássemos rapidamente de política seria este destino de sujeição que nos estaria reservado, num momento em que o imperialismo acentua a sua agressividade e as suas exigências em relação aos países dependentes.

A brutal invasão de Granada pelos «marines» às ordens do senhor Reagan é um sinal disto mesmo. Mas a pronta declaração de apoio do Governo português a esta operação repugnante contra a soberania de um povo e os direitos do homem põe em evidência e maneira como este Governo amarra Portugal aos mecanismos da dependência e nos envolve nas aventuras belicistas do imperialismo.

Neste quadro assumem enorme importância as grandes movimentações populares que se desenvolvem no país como por toda a Europa Ocidental com a participação de várias forças políticas (incluindo partidos socialistas e sociais democratas) contra a instalação de armas nucleares, a favor do desanuviamento, do desarmamento e da paz.

Esta interpelação permitiu uma aquisição fundamental. Está hoje provado que o Povo português não está condenado a afundar-se com a política do Governo. **A existência de uma alternativa geral** e de medidas alternativas muito concretas de que aqui trouxemos os traços e em que convergem diferentes sectores da vida nacional **é uma evidência indesmentível,** e reconhecida pelo Governo no próprio debate.

O isolamento do Governo e da sua política é outro dado adquirido. Não passa certamente despercebido ao senhor Primeiro-Ministro que são cada vez mais aqueles que não vos querem acompanhar nas companhias que foram por vós escolhidas. E que são cada vez mais à direita aqueles que buscam a vossa companhia.

(...) Um sentimento comum à maior parte dos que assistiram a esta interpelação é sem dúvida este: aqui temos um Governo que não vai durar muito.

As grandes lutas populares, expressão do descontentamento, da resistência e da vontade de uma política alternativa estão em curso. As divisões internas que roem a coligação são evidentes já.

O Governo entendeu por bem soprar a órgãos de comunicação social que se prepara para breve uma remodelação ministerial. Isso não lhe dará mais vida.

O senhor Primeiro-Ministro pode substituir nos seus cargos o ministro da Agricultura, o ministro da Administração Interna, o ministro da Educação, o ministro do Equipamento Social. Mas o problema é fundamentalmente a política. É também a falta de consonância entre a política que o Governo está a fazer e o mandato que o PS recebeu do eleitorado.

A drástica redução do investimento e a redução da produção comprometem o futuro e a independência nacional. E com que mandato o faz o senhor Primeiro-Ministro quando prometeu através das «100 medidas do PS» produzir mais para dever menos.

Há anos atrás o senhor Primeiro-Ministro clamava contra o socialismo da miséria. Depois meteu o socialismo na gaveta. Aparece-nos agora à frente de um Governo que faz o capitalismo da miséria.

O Governo quer convencer (e para isso mobiliza a propaganda oficial) de que tudo que faz é para bem de Portugal. Fizémos a prova de que assim não é, de que a política governamental é extremamente nefasta para Portugal e para os portugueses e sr. Primeiro-Ministro, sempre e em todas as circunstâncias não haverá política para salvar Portugal contra os portugueses.

José Manuel Maia:

«Os trabalhadores tinham razão!»

(...) Não teria sido possível levar por diante esta política de sabotagem da Lisnave e de reconstituição do monopólio se o primeiro governo PS de que era Primeiro-Ministro o Dr. Mário Soares tivesse ouvido as reivindicações dos trabalhadores e tivesse evitado a reeleição do Sr. José Manuel de Mello para presidente do Conselho de Administração.

A partir desta altura, assiste-se à intensificação da corrida a empréstimos de curto prazo e à aceleração de acções de descapitalização e endividamento, tudo isto, ao mesmo tempo que tentavam tirar regalias sociais aos trabalhadores e desenvolver um processo de despedimentos (...)

(...) Não obstante o montante de vendas em 1981 (o melhor de sempre — que foi de 10 milhões e 772 mil contos) e as perspectivas orçamentais para 1982 serem ainda melhores (cerca de 12 milhões de contos), a Administração Mello descobre em Abril (só em Abril de 1982) uma grave «crise internacional».

(...) Em 1982 a Lisnave tem um baixo nível de produção resultante não directamente da crise de mercado, mas como resultado, isso sim, do boicote e cancelamento de encomendas.

Se a questão fosse a crise de mercado, como se explicaria que 300 navios, em apenas 6 meses, pedissem orçamento para reparar na Lisnave e apenas 40 entrassem no estaleiro? Se a questão fosse a crise de mercado, como se compreenderia que fossem e continuem a ser rejeitadas as grandes reparações»? (...)

(...) Se é necessário apresentar e demonstrar a viabilidade económica da empresa para obter do Governo favores financeiros e ficais, fala-se de 81 e então a Lisnave é uma maravilha (...)

(...) Mas, por outro lado, se pretendem despedir 2 mil trabalhadores, então fala-se de 82 e apresenta-se um quadro negro e contraditório com os próprios estudos de mercado realizados pela mesma Administração.

(...) A alternativa existe, reponha-se a legalidade democrática e atenda-se às propostas dos trabalhadores para a viabilização da Lisnave e do sector da Indústria Naval.

A Lisnave é economicamente viável.

Mas exige uma profunda modificação de política financeira. (...)

Custódio Gingão:

«O desprezo pelos trabalhadores»

(...) O desprezo que têm votado às organizações dos trabalhadores ficou bem demonstrado no passado dia 1 de Outubro quando em Aviz se realizou mais um Encontro anual das culturas de Outono — Inverno. Este Encontro veio mais uma vez mostrar ao povo e ao país, a vontade inquebrantável dos trabalhadores, de semear mais e melhor, aproveitando todas as suas capacidades e energias. (...)

A este acto patriótico, responde o Governo com a sementeira da fome, da miséria, do desemprego, da repressão, do roubo e da pilhagem atirando a GNR para cima dos trabalhadores que produzem o pão, a carne, o leite, os cereais e os legumes. Estes têm sido ofendidos, espancados, feridos e até mortos. (...)

Não é dando cobertura política e policial aos que nada fazem, permitindo que tenham as terras abandonados, as barragens cheias de água, que todos os anos deixem centenas de milhares de toneladas de azeitona por apanhar, que qualquer governo pode falar em aumento da produção. A qualquer governo que tivesse em conta as necessidades do país só lhe restaria uma alternativa:

— entregar a terra a quem a trabalha e penalizar severamente os que boicotam a agricultura e, com ela, a economia nacional.

Mas o Governo e a maioria em que se apoia, não fazendo o contrário e aí estão outra vez nas terras da Reforma Agrária, a farsa dos leilões de terras, a entrega de mais reservas, as execuções fiscais, o roubo da cortiça. A este propósito tenha-se presente a recente portaria sobre a comercialização da cortiça das UCP's/Cooperativas. Depois de adiantarem 120$00 por arroba, para pagamento das operações de extracção, o Governo estipula uma percentagem para as Cooperativas de 8% sobre os rendimentos líquidos da cortiça. Ou seja, o total atribuído às UCP's não dá sequer para pagar metade dos custos das operações de condução e limpeza do montado e de extracção da cortiça. Em todos os pormenores este Governo vai revelando o seu carácter classista.

E para não destoar dos governos da AD também não executa os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, favoráveis às UCP's-/Cooperativas (...)

Joaquim Miranda:

«Veneno na ferida»

(...) O Governo está a pôr veneno na ferida e a aplicar uma receita fatal.

O ministro das Finanças confessou aqui que o Governo entende que existem quatro «nós estratégicos» de que depende o futuro da economia nacional; mas quando os enuncia logo se confirmam todas as acusações ao PCP na abertura desta interpelação. (...)

(...) No seu conjunto estes «nós estratégicos» significam tão só a manutenção da economia portuguesa amarrada aos nós cegos da política da AD.

E no que diz respeito **à actividade comercial e industrial** esta política têm-se traduzido num verdadeiro desastre. (...)

(...) Na actividade comercial verifica-se igualmente uma degradação contínua, ao ponto de se verificar já um ritmo de falências que, segundo a União das Associações de Comerciantes de Lisboa, atingirá já o valor impressionante de 200 por mês. (...)

(...) Poderíamos referir a situação de outros sectores; em muitos deles encontraríamos um panorama semelhante e para todos eles as causas determinantes de um tal caos encontram o seu fundamento na política que vem sendo seguida desde alguns anos e que este Governo pretende ainda agravar.

(...)

Mas se hoje a situação é já desastrosa, as perspectivas que se desenham são as piores. E elas seriam particularmente dramáticas para muitas pequenas e médias empresas.

A generalidade das PME's laboram exclusivamente em função do mercado interno, precisamente o que o Governo visa restringir drasticamente. (...)

Carlos Espadinha:

«O Cabo das Tormentas»

(...) A frota encontra-se parada. É uma tristeza.

Ao Tollan juntam-se agora, inactivos, os navios de empresas nacionalizadas. Os gestores eleitos pelos trabalhadores para as empresas públicas de pesca, até aqui não tomaram posse.

Das medidas e soluções propostas pelo actual Governo no seu programa, nenhuma foi concretizada. E não se diga que 4 meses é pouco tempo. De facto, o que não bastou foi a criação de um Ministério do Mar, que não aumentou nem valorizou a produção orientada para a captura de pescado na zona económica exclusiva; não organizou nem disciplinou o mercado; não assegurou nem garantiu uma justa distribuição dos rendimentos originados no sector; não implementou nem definiu uma política eficaz de fiscalização.

As possibilidades de acordos vantajosos com outros países vizinhos e de Língua Portuguesa, não são aproveitados. A renovação e a conversão da frota, factor de rentabilidade e de capacidade concorrencial não foi implementada. Pelo contrário, os barcos apodrecem no cais. Esta política imobilista, de contracção do investimento, de recurso à importação e à dependência externa, da qual é responsável em grande medida o ministro Ernâni Lopes, é a causa da actual crise.

(...)

(...) Não se defendem os interesses nacionais, com navios parados, falta de protecção e incentivo, contenção de investimentos, venda em hasta pública de navios portugueses.

As tormentas dos homens do mar não resultam só das condições atmosféricas.

O período de 4 meses de política de direita do Governo PS/PSD é para os trabalhadores da pesca o período das baixas pressões e das superfícies frontais. Mas o Governo pode estar certo que esta política não vai longe. Não se vê a luz do túnel, nem a luz do farol. (...)

Poder local

APU de Braga vai requerer e fundamenta sindicância à Câmara

Eleitos da APU nos órgãos municipais de Braga fundamentaram no fim da passada semana em conferência de imprensa as razões por que se dirigem à Alta Autoridade contra a Corrupção e ao MAI para que tomem «as medidas adequadas à situação de múltiplas ilegalidades» que ali se verificam.

Na base dos elementos que já puderam comprovar, relativos a 5 empreendimentos imobiliários indevidamente licenciados e a ligações irrefutáveis de eleitos e funcionários da Câmara a empresas fornecedoras — e isso não obstante ao vereador Casais Baptista «ser sistematicamente dificultado o acesso aos *dossiers* camarários, assim como lhe não fornecem, a ele e aos membros da AM, os documentos e elementos que requerem» —, a APU considera que se impõe «uma sindicância global à Câmara de Braga».

Os elementos divulgados são concludentes embora parcelares de um todo muito mais vasto de ilegalidades e irregularidades de que existem numerosos indícios. Isso, apesar de «a oposição continuar a ser marginalizada da gestão camarária, negando-se-lhe o exercício do poder fiscalizador e participação activa através da distribuição de pelouros»; apesar da marginalização da Assembleia Municipal, a que não são dadas contas nem pedidos os pareceres e autorizações que a lei impõe — e «cujas deliberações» correspondentes figuram no entanto em certidões passadas a entidades que intervêm em transacções com a Câmara (por exemplo quando se trata de compras ou vendas superiores a 500 contos, que a AM, em Fevereiro, deliberou sujeitar obrigatoriamente à sua aprovação).

Apesar, ainda, da malha apertada mas descarada dos compadrios — que todos acabam e começam, de forma mais ou menos linear, em Mesquita Machado — o **antigo, ex** e de novo **actual** presidente da Câmara de Braga, no próprio dia desta conferência de imprensa demitido a seu pedido da Secretaria de Estado do Fomento Cooperativo porque «a Câmara de Braga precisa» dele... (ou porque, neste fogo tão ateado, urge salvar alguma coisa?)

Na conferência de imprensa e num documento então divulgado os eleitos da APU enumeram sete casos de flagrante irregularidade sancionados pela Câmara e de que têm bastas provas:

O loteamento da Quinta da Marvila — primeiro indeferido a uma firma, logo depois autorizado, sem mudar uma vírgula, a uma outra de que é sócia a mulher do arquitecto Jorge Corais, ao tempo coordenador adjunto do Gabinete de Obras da Câmara. Para este projecto, a implantar em zona que o plano considera de aptidão agrícola a preservar, não existem os pareceres obrigatórios do Ministério da Agricultura nem da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico; para as infraestruturas não foram prestadas as necessárias cauções bancárias. Autorizou: Mesquita Machado.

Shopping Center Santa Cruz — apesar dos pareceres desfavoráveis dos diferentes gabinetes técnicos e do embargo consequente por alterações inaceitáveis no projecto inicial, a actual maioria reaprovou o projecto com aditamentos que mais não são que a reposição das ilegalidades antes recusadas (nomeadamente a passagem de trinta para cem lojas comerciais). Neste negócio está directamente envolvido o cunhado de Mesquita Machado, J. Bernardo da Ponte.

Granjinhos — contra o parecer dos técnicos camarários e os termos da hasta pública, o projecto (que Mesquita Machado considerou, em tempo, calúnia da APU que fosse um prédio de 14 pisos) será, por vontade do próprio Mesquita Machado, um imóvel de 13 pisos e ocupará mais de 16 mil metros quadrados, em vez dos menos de 8 mil previstos.

A APU refere ainda a autorização dada por Mesquita Machado, também contra os pareceres de todos os técnicos, para a instalação de bombas Shell na nova circular; o facto de o mesmo Mesquita Machado ter presidido à hasta pública de um lote adquirido na R. dos Caires pelo seu já falado familiar J. Bernardo da Ponte, que rapidamente acrescentou um andar ao projecto autorizado e ocupou parte do passeio «com o beneplácito da Câmara».

A APU denuncia também o papel de vereadores e funcionários desta Câmara de maioria absoluta socialista, homens de mão e protegidos de Mesquita Machado: o vereador Nuno Cunha, responsável do Serviço de Compras da Câmara e seu irmão Rui Cunha, também desse departamento camarário, que através da cunhada do primeiro, mulher do segundo, estão directamente ligados à firma Cunha e Macedo, fornecedora habitual de materiais de construção à Câmara; o engenheiro Cerqueira Pimentel, funcionário do Departamento de Obras e figura proeminente da sociedade que explora o cinema S. Geraldo — esta agora lançada na construção do Centro Comercial Pé Alado, um edifício totalmente **clandestino**...

«Todo este amontoado de ilegalidades no sector das obras, acrescido pelas ligações familiares e económicas de vereadores da Câmara com a gente que se move nestes meandros», afirma a APU (e de Mesquita Machado com a mesma gente, conforme tem vindo pormenorizadamente a público — acrescentemos nós), «não pode deixar de levar a concluir pela existência de situações de compadrio e claro favoritismo», a exigir não um inquérito a este ou aquele serviço, como o que decorre, mas «uma sindicância global à Câmara de Braga».

Regressado agora a Braga, porventura no papel do anti-soarista desiludido com a coligação PS/PSD, Mesquita Machado não vai poder atirar para a sua «ausência» os malefícios da gestão camarária de que aqui se dá nota, nem erigir-se em defensor da legalidade e da transparência democrática. A maioria socialista em Braga foi nestes meses o que sempre foi, os protagonistas pouco variaram, e dos jogos de influências e compadrios que se foram tecendo, a desembocar em evidente corrupção, emerge como há muito uma figura: a sua. Como afirmou a APU na Conferência de Imprensa, «Mesquita Machado nunca abandonou a Câmara mesmo no exercício do mandato de secretário de Estado do Fomento Cooperativo»...

Associação de Municípios do Algarve

Ambiguidade e discriminação

A propósito do anúncio de que estará iminente a constituição de uma Associação de Municípios do Algarve (AMAL), decidida em reuniões em que com regularidade vêm participando **alguns** presidentes de câmaras do distrito de Faro, a DORAL do PCP tornou pública a seguinte nota:

1 — A DORAL do PCP considera positivamente a criação de associações de municípios e, neste caso concreto, que se constitua uma Associação de Municípios do Algarve.

Todavia, o processo e a forma como tem sido encaminhada a formação de uma futura AMAL merecem a nossa total discordância quer por ela não nascer, de facto, de uma vontade colectiva de todos os municípios, correspondente a uma necessidade de associação para resolver ou contribuir para a resolução de problemas comuns, quer por, à partida, não ter sido assegurada a participação de todos os municípios interessados nos trabalhos preparatórios da formação da AMAL sem violação dos princípios democráticos que regem as autarquias locais.

2 — Na realidade, a proposta de constituição da Associação de Municípios do Algarve (AMAL) surge, segundo o que é opinião corrente, por iniciativa do presidente da CM de Portimão (Martim Gracias) na reunião de presidentes que teve lugar nas Caldas de Monchique em Julho passado, na qual foi «aprovado» um projecto de estatutos.

Como é sabido, estas reuniões realizam-se à revelia da legislação autárquica, e todas as decisões que nelas forem tomadas não têm qualquer valor decisório a não ser aquele que a si próprio digam respeito, ou seja, as decisões aí tomadas não podem vincular os executivos municipais e os municípios **e muito menos aqueles que nelas não participam.** Por outro lado, é também do conhecimento público que os eleitos comunistas não participam nestas reuniões por elas constituírem claras acções paralelas ao funcionamento da Assembleia Distrital (órgão autárquico legalmente constituído) e servirem, para além de outros aspectos, como elemento de perturbação e manipulação política, tendente a denegrir e a obstaculizar o funcionamento normal e democrático da assembleia distrital.

3 — A criação de uma Associação de Municípios do Algarve ou outra deve, em nosso entender, surgir em primeiro lugar da discussão na Assembleia Distrital e, em segundo lugar, da formação de um grupo de trabalho com representação de todos os municípios interessados que especificamente trate os assuntos relativos à sua constituição e que promova um amplo debate nos órgãos autárquicos para definição concreta dos seus objectivos em particular, e do conteúdo dos estatutos em geral.

A participação dos municípios nos trabalhos preparatórios da formação da AMAL não deve pressupor a adesão automática dos municípios à Associação, reservando-se cada município a faculdade de decidir ou não da sua adesão à Associação.

4 — Tendo em conta o projecto de estatutos «aprovado» na reunião de Caldas de Monchique, a DORAL do PCP coloca sérias e legítimas reservas ao carácter democrático que presidiu à formação da Associação de Municípios no Algarve. Os seus estatutos são inaceitáveis e desrespeitadores da legislação que regulamenta a criação das associações de municípios. Já basta a falta de democraticidade e a ausência de colegialidade na Câmara de Portimão...

5 — A DORAL do PCP não pode deixar de criticar igualmente a ambiguidade política do PSD regional nesta matéria, quando, através do sr. José Vitorino, (o deputado) considera que a Associação de Municípios é «um factor de desestabilização (...) porque colide com a acção da Assembleia Distrital, para além de empecilharem a actividade do Governo Civil». Para tanto, basta comparar estas afirmações com a recente convocação dos presidentes de Câmaras para «debate» dos projectos de decreto-lei da revisão da Lei de Finanças Locais e de Delimitação de Competências propostas pelo Governo, quando o Governador Civil (PSD) não tem competência para convocar os presidentes de câmaras, mas tão só, na qualidade de presidente da Assembleia Distrital, convocar esta, na qual têm assento os Presidentes de Câmaras, para além de outros eleitos nos órgãos do poder local.

Nacional

Pela paz, contra os eur

Centenas de milhar de pessoas é muita gente — toda a gente o sabe. Mas se essas centenas de milhares de pessoas estiveram organizadas à volta de um objectivo comum... bom, aí teremos de reflectir — quanto mais não seja à volta do carácter redutor dos números, se apresentados na sua especificidade aritmética.

Falamos, evidentemente, das centenas de milhar de pessoas que, no passado sábado e em sete cidades do nosso País, se manifestaram a favor da Paz, contra a corrida armamentista e sobretudo erguendo a voz contra os novos mísseis euroestratégicos a que, ainda por cima, há quem queira atrelar-nos.

Centenas de milhar de pessoas é, de facto, uma realidade aritmética esmagadora. Só que as pessoas não se juntam às centenas de milhar para mostrar que são muitas — quando tal acontece é justo e legítimo interpretar que os que se manifestam são o corpo visível de uma reivindicação muito mais vasta, a emergir de muito mais gente, que só ali não foi «por que». O que, de resto, é uma banalidade histórica que os do costume procurarão ignorar com o chavão das «manipulações», quer se fale da luta pela Paz, ou contra o desemprego e a repressão, ou tão só pelas liberdades essenciais — de qualquer modo numa tentativa de iludir a razão profunda que move os povos: o anseio irreprimível de paz, progresso e bem-estar. Sem bloqueamentos, «blocos», ou outros equívocos.

Embora com alguma retroactividade, vale a pena recordar um diálogo ouvido no Rossio de Lisboa (ponto de chegada da manifestação da capital) e que envolveu duas vendedoras de flores com banca estabelecida. Dizia uma, obviamente surpreendida com tal multidão a protestar contra os armamentos: **«Mas aqui não há guerra a matar ninguém!»**, ao que a parceira do lado responderia — **«Pois não, mas há lá fora, como já aqui houve!»**.

Como já aqui houve. A constatação é de todos os dias e em qualquer lugar, neste pequeno rectângulo ibérico e adjacências, porque não é impunemente que se mergulha um povo numa guerra de 15 anos — colonial ou não. De igual modo não é impunemente que se devastam continentes e povos com holocaustos imperialistas — nazis ou derivados. Pelo que os protestos portugueses contra os euromísseis, tão contundentes na jornada nacional do passado sábado, deverão ser também vistos à escala europeia. Deverão, para sermos mais rigorosos, somar-se às centenas de manifestações e milhões de manifestantes que, nos últimos meses, «do Atlântico aos Urais» (por muito que isso engulhe os «geostratégicos» do nosso descontentamento) têm marcado cívico protesto contra a voragem armamentista que a todos ameaça. Uma voragem que pretende reduzir para cinco irreversíveis minutos o acidente nuclear que, nessa altura, deixará de ter rectificação possível. Sem ilusões ou espaço para demagogias de gabinete.

O País defendi em sete cidade

São milhões a dizê-lo. Centenas de milhar sublinharam-no mais uma vez no passado sábado em Portugal — dando corpo (é importante recordá-lo) a sentimentos bem mais vastos. Os sentimentos, em resumo, dos povos do velho continente, pela primeira vez con-

mísseis
ido
es

resu frontados com a iminência da conti hecatombe final cinicamente con computorizada em gabinetes ovais e pentagonais do outro lado do Atlântico.

Tantos e tão jovens!

Falando de Lisboa, da manifestação que começou no Saldanha e chegou ao Rossio com gente ainda na Fontes Pereira de Melo (o que, para quem não conheça a geografia da capital, significa quilómetros de farta avenida pejados de gente), há que realçar três coisas: a presença esmagadora da juventude, a notável representação feminina e a heterogeneidade dos manifestantes. Tudo tão óbvio que se ouviriam, em sarcasmos à margem dos que habitam o tédio das esplanadas, observações sobre «os paizinhos que vinham bordejar o desfile para espreitar os filhotes» até rancorosas casquinhadas contra presenças obviamente católicas e que mostravam «que isto agora até já vai em procissão» (a meia-voz, pois claro, no refrigério educado do «drink» sem contratos a prazo ou iminências excedentárias).

A heterogeneidade ficaria, de resto, bem vincada nas intervenções feitas pelos membros da Comissão Promotora da Marcha da Paz em Lisboa, proferidas em representação da Liga Operária Católica, do movimento sindical unitário, do Movimento Português para a Paz, etc.

No **Porto** os jovens destacar-se-iam igualmente em número e exuberância. E haveria espectáculo com o grupo «Raízes» e a banda de *rock* «UHF», com a presença de destacados antifascistas, deputados municipais (onde se viam membros da APU e do PS) e inúmeras delegações sindicais e de empresas do distrito. Somando muitos e muitos milhares, sempre saudados ao longo do desfile que desembocaria na Praça da Liberdade, onde seria lida uma proclamação contra os novos mísseis na Europa, pretendidos pelos EUA.

Sete cidades

Se em Lisboa e Porto as manifestações adquiriram dimensões gigantescas, Évora, Coimbra, Beja, Figueira da Foz e Vila Real de Santo António completariam, no todo continental, a expressão colectiva da atitude do nosso povo face ao perigo armamentista.

Em Évora dir-se-ia: **«As armas nucleares não só não foram destruídas mas, pelo contrário, há o anúncio de que vão ser aumentadas — há mesmo quem pense colocá-las na nossa terra, aqui no Alentejo».** Que é como quem diz no nosso País, visto pela actual coligação governamental como matéria negociável com o belicismo norte-americano. Em nome de «geoestratégias» que nada têm a ver com os interesses do povo e do País, mas os expõem ao aniquilamento total.

Como foi sublinhado em Coimbra, **«não há armas nucleares más e armas nucleares boas, todas são más». E são-no sobretudo quando entendidas como alternativa negocial, num «diktat» político que especula — como Washington o faz — sobre perdas e ganhos em guerras atómicas... em terra alheia.**

E nessa terra alheia estamos já também nós, por obra e graça da coligação governamental PS/PSD que disputa, com a defunta «AD», a expressão máxima do acocoramento político. Face ao imperialismo norte-americano. Numa subserviência sem precedentes no Portugal de Abril. Ameaçando dramaticamente a sobrevivência de um povo e de um continente que reivindicam com charla patrioteira.

Os portugueses mostraram com clareza no passado sábado o que pensam e querem acerca das «euroestratégias» soarespintistas. Avolumando as razões que lhes assiste como Povo, para expulsar tão irresponsável gente do Governo do País.

JCP saúda a juventude

A JCP de Lisboa, numa nota à imprensa, fez o que muitos de nós tivemos vontade de fazer no passado sábado, quando desfilávamos ombro a ombro Avenida abaixo: saudou os jovens do distrito pela sua entusiástica participação na Marcha da Paz assim como em todas as várias iniciativas que assinalaram a semana do desarmamento.

«A enorme adesão juvenil à defesa da Paz é prova clara de que a juventude está consciente e mobilizada para a defesa do seu direito mais elementar — o direito à vida». E sublinha a Direcção Distrital de Lisboa da JCP que a clara oposição dos jovens a este Governo que apoia a bárbara invasão americana a Granada, que colabora e se submete aos interesses belicistas do imperialismo, é claramente também a oposição a um Governo que no plano interno «tudo faz para agravar ainda mais as suas já tão degradadas condições de vida, trabalho e estudo». «Que os jovens — apela a JCP — se unam em torno dos seus problemas e se oponham à política antijuvenil do Governo PS/PSD!».

PCP

No próximo domingo, PCP promove Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas

É já no próximo domingo que delegados dos pescadores comunistas de todo o País — de Caminha a Vila Real de Santo António — se vão reunir. Em Setúbal, no Parque das Escolas. Um Encontro para analisar a situação no sector das pescas, para organizar, para produzir, para defender Abril.

Numa breve conversa com camaradas ligados à problemática das pescas, apurámos as razões que levaram o Partido a promover o Encontro, quais os problemas que irão ser debatidos, que contribuição — e qual a sua importância — poderá sair desta iniciativa.

Com Frederico Pereira, dirigente sindical, Belmiro Alves, pescador de Peniche e membro do Conselho Nacional da CGTP, Vítor almeida, da CT da Companhia Portuguesa de Pescas, dirigente sindical dos Metalúrgicos, e com Carlos Espadinha, pescador de Sines e deputado do PCP na Assembleia da República, soubemos que a ideia deste Encontro veio no seguimento do trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional de Pescas junto do Comité Central. Para aprofundar e discutir todos os problemas ligados ao sector. Para contribuir para a saída da crise, tanto no âmbito das pescas, como no âmbito nacional. Para reforçar a organização do PCP junto dos pescadores.

O camarada Frederico sublinhou a mobilização dos camaradas e o grande interesse que o Encontro está a suscitar. A grande crise no sector é, em termos de importância, o factor que mais atenção atrai na discussão dos variados problemas a tratar. Em simultâneo com a procura de alternativas para a política ruinosa que tem sido a constante, por parte do Governo, no sector das pescas.

Em termos de problemas mais sentidos pelos trabalhadores, os camaradas referiram as questões da segurança no mar, da segurança social, da ausência de uma lei de trabalho que enquadre os pescadores e de um regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca.

Vítor Almeida, por seu lado, lembrou que o ataque governamental às empresas nacionalizadas também surge como um problema muito sentido, especialmente nas várias empresas do sector hoje paralisadas — CPP, SNAPA (extinta inconstitucionalmente), SNAB — que trabalha a menos de 40 por cento das suas possibilidades, com graves consequências para outras empresas do sector, nomeadamente a SRN, a Docapesca, a Gelmar (paralisada a cem por cento por falta de pescado).

O camarada Carlos Espadinha afirma, por seu lado, que o Encontro vem no momento próprio. Os comunistas e os trabalhadores do sector demonstrarão que também nas pescas há soluções para resolver a crise e esta iniciativa oferece a oportunidade de apontar medidas correctas.

O Encontro abordará também o tema do cooperativismo nas pescas, embora os camaradas considerem que não é apenas através dessa solução que os problemas serão resolvidos. Os problemas das cooperativas serão entretanto abordados especialmente, nomeadamente nos seus aspectos organizativos, na questão da contratação colectiva em certas artes de pesca.

Quanto às empresas mistas, Vítor Almeida aponta um problema que virá a ser debatido: o Governo permite a negociação de empresas mistas com outros países — Marrocos, por exemplo —, mas sabe que os barcos vão pescar para águas onde existe um conflito militar. O que é particularmente grave é que o simples facto de certos armadores deixarem de pescar sob bandeira portuguesa e arvorarem a marroquina ficam em situação de risco. O Governo sabe isto mas permite que os pescadores vão trabalhar em circunstâncias perigosas.

Frederico Pereira aborda seguidamente o problema da gestão das águas nacionais. Não é possível concordar, assinala, com a política governamental que não cria alternativas de pesca em águas portuguesas para as comunidades piscatórias que tinham a sua actividade em águas espanholas — nomeadamente no Guadiana — ao mesmo tempo que se concedem licenças a frotas estrangeiras. Por outro lado, sublinha, não se procede à reconversão da frota artesanal, que é necessária e foi até prometida pelo Governo, assistindo-se à dádiva de licenças de pescas a armadores e outros capitalistas, em detrimento dos pescadores que estão paralisados devido à falta de acordos com os espanhóis.

O Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas? Um mundo de problemas, portanto. Alguns, apenas alguns, foram aqui apontados. Analisar a situação, propor medidas para resolver a crise, para criar condições de vida e de trabalho, para resolver problemas, para reforço da unidade.

Da longa costa portuguesa, contando também com a Madeira e os Açores, os trabalhadores das pescas vão a Setúbal, através dos seus delegados neste momento já eleitos. Serão duzentos. Outros tantos ou mais serão convidados, contando com representações sindicais, com os presidentes das Câmaras dos quatro concelhos piscatórios do distrito de Setúbal, com delegações de Comissões de Trabalhadores de empresas ligadas à pesca, com individualidades que têm mostrado interesse pela problemática do sector.

Vão para debater abertamente os problemas. Sobretudo para achar soluções. Como é próprio dos comunistas. Na terra ou no mar.

REUNIÕES PREPARATÓRIAS DO X CONGRESSO

No âmbito da actividade preparatória do X Congresso do Partido, a realizar em Dezembro próximo na cidade do Porto, prossegue em todo o país um debate vivo e intensamente participado, registando-se já um número significativo de sessões e plenários em que questões relacionadas com o Congresso estiveram particularmente em foco.
No entanto, a partir de agora, toda esta actividade vai ser multiplicada. Os militantes comunistas contam a partir de hoje com as Teses do Comité Central, documento que publicamos nesta edição do «Avante!», em separata especial, documento que constitui desde já um precioso instrumento de trabalho e reflexão para todos os comunistas. Das numerosas reuniões marcadas para os próximos dias, aqui fica uma primeira «agenda»:

Hoje, dia 4

Caldas da Rainha – reunião da Comissão Concelhia, às 21 e 30, no CT do Partido.

Golegã – encontro de eleitos e activistas nas autarquias locais, no CT do Partido.

Amanhã, dia 5

Lisboa – reunião do organismo de direcção de zona no CT de Santos, às 15 horas; reunião do organismo de direcção de zona e CF's (5.ª zona) no CT de Benfica, às 15 horas; reunião de militantes comunistas dos Olivais Norte, Quinta do Morgado e B.º Encarnação, no CT dos Olivais, às 15 horas; plenário de militantes comunistas que trabalham em restaurantes e pastelarias no CT Vitória.

Vila da Feira – reunião da Comissão Concelhia do PCP de Vila da Feira, às 15 horas, no Centro de Trabalho do Partido; participa a camarada Zita Seabra, do CC e deputada.

Caldas da Rainha – reunião da organização de freguesia de À-dos-Francos, às 20 horas.

Couço – Plenário da célula dos trabalhadores comunistas da UCP de Canejo, às 20 horas.

Domingo, dia 6

Caldas da Rainha – almoço-convívio no CT das Caldas, às 13 horas, com projecção de filmes.

Segunda-feira, dia 7

Lisboa – reunião de organismos de direcção, comissões de freguesia e secretariados de células do Comité Local de Lisboa (CLL), no CT Vitória, às 20 horas; reunião da célula da MDF, no CT da António Serpa, às 18 e 30; reunião do secretariado de hotéis, no Vitória.

Alpiarça – Reunião da Comissão Concelhia do PCP de Alpiarça, às 20 e 30, no Centro de Trabalho.

Terça-feira, dia 8

Lisboa – reunião dos militantes comunistas da freguesia de S. Justa, às 21 horas, no CT Vitória; reunião do organismo de direcção do Comércio e Escritórios, no CT da Duque de Loulé, às 20 horas.

Quarta-feira, dia 9

Caldas da Rainha – reunião de mulheres comunistas no CT das Caldas, às 21 e 30.

Lisboa – reunião de militantes comunistas da freguesia de S. Vicente, às 21 e 30, no CT da Graça; reunião do organismo de direcção dos Gráficos, às 19 e 30, no Largo Trindade Coelho, 9, 1.º; reunião da célula da «Sandwik», às 19 horas, no CT da Duque de Loulé; reunião de comunistas da Boa Hora/zona ocidental, às 21 e 30, no CT da Ajuda.

XCONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PORTO • 15 a 18 de DEZEMBRO • 1983

Reuniu a C. Coordenadora Distrital da DORL

A Comissão Coordenadora Distrital da DORL do PCP, reunida pela primeira vez, em 27 de Outubro passado, analisou o trabalho de preparação do X Congresso no distrito e constatou que está em desenvolvimento um amplo trabalho pelas organizações do Partido no distrito que se reflecte nas 594 reuniões e plenários já marcados para discussão das teses, 107 das quais são para eleição dos delegados ao X Congresso.

Região Autónoma dos Açores

I Assembleia da Organização de Lagoa

É já no próximo dia 13 que se realiza a primeira Assembleia da Organização do PCP de **Lagoa**, ilha de S. Miguel, na Região Autónoma dos Açores.

Nos trabalhos preparatórios da Assembleia, aguardada com vivo interesse, têm sido abordados diversos problemas do concelho (vida económica, política e cultural) e questões relacionadas com o funcionamento da organização do Partido.

O concelho de Lagoa (12 737 habitantes) é hoje considerado, sob o ponto de vista industrial e agrícola, um dos mais importantes da ilha de S. Miguel, situando-se aí algumas das mais destacadas unidades industriais da Região, como por exemplo a Fábrica de Álcool, a Fábrica de Sabões, a Peolacto (Nestlé), fábricas de cerâmica, etc. A agricultura do concelho apresenta, por seu turno, os mais altos índices de produtividade.

A sede do concelho, Lagoa, situa-se a poucos quilómetros de Ponta Delgado e tem assumido nos últimos anos a característica de «dormitório» para muitos trabalhadores que exercem a sua actividade em Ponta Delgada.

A influência e a organização do Partido conheceram nos últimos dois anos um assinalável reforço no concelho, onde aliás, a nível da Assembleia Municipal, a Aliança Povo Unido está representada.

A actividade preparatória da Assembleia, considerada desde já como um sério contributo para o melhoramento da acção do Partido e para o reforço da luta democrática, vai prosseguir nos próximos dias e, certamente, com vigor redobrado.

II Assembleia em Gondomar

Realizou-se na Escola Secundária de Rio Tinto a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Gondomar do Partido Comunista Português. Participaram na Assembleia, entre delegados eleitos e convidados que assistiram aos trabalhos, cerca de meio milhar de pessoas.

Foi aprovado por unanimidade o relatório das actividades políticas e eleita a nova Comissão Concelhia de Gondomar do PCP, composta por 47 elementos.

Foram ainda apreciadas e aprovadas por unanimidade três moções: de saudação ao X Congresso do PCP, de repúdio pelo «pacote autárquico» que o Governo PS/PSD quer impor e de firme repúdio pela invasão imperialista de Granada. Os trabalhos, marcados por uma ampla discussão em que se registaram mais de duas dezenas de intervenções sobre as questões em debate, terminaram com um comício em que o camarada Edgar Correia, membro do Comité Central e da DORP, se referiu à situação política e social e à realização do X Congresso do PCP.

Célula da Mompor

A célula dos trabalhadores comunistas da Mompor realiza já no próximo dia 12 a sua Assembleia, às 15 horas, no CT do Barreiro

Convívio na Parede

Integrada na campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho do PCP na freguesia, os comunistas da **Parede** realizam no próximo dia 12 uma jornada de convívio popular que incluirá um monumental magusto...

Do programa desta iniciativa destacam-se a exposição sobre o tema «Paz e Desarmamento», a passagem do filme «O Meridiano das Caraíbas», debate sobre a luta dos povos da América Latina com o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, quermesse, banca e serviço de bar com castanha assada e a boa água-pé.

Esta jornada de convívio decorrerá entre as 14 e as 21 horas, nas instalações da Cooperativa «Linha do Estoril», no Alto da Parede. Participa!

Revolução de Outubro Sessão nos Olivais

A Comissão de Freguesia dos Olivais (Lisboa) realiza amanhã, sábado, uma sessão comemorativa da Revolução de Outubro, cujo programa inclui a passagem dum filme, uma exposição e a intervenção do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Esta iniciativa decorrerá na SFUCO, conhecida colectividade popular do bairro, a partir das 21 horas. No encerramento haverá convívio.

Em Alpiarça

Amanhã, (sábado) às 21 horas realiza-se em Alpiarça uma sessão comemorativa da Revolução Socialista de Outubro.

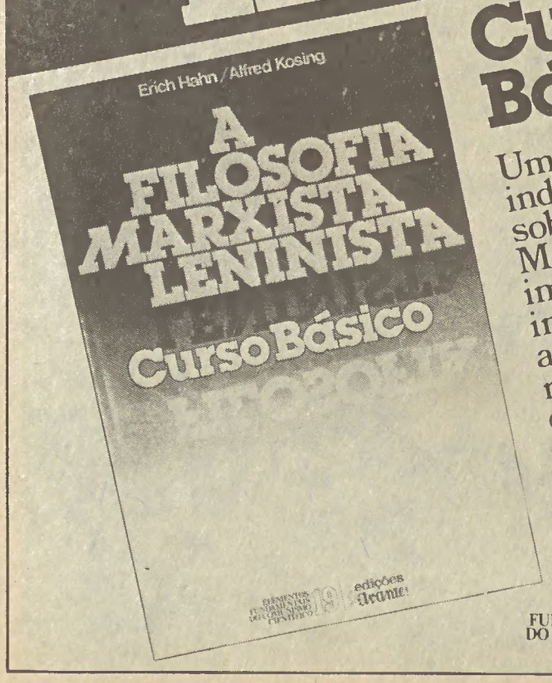
A sessão contará com a presença do camarada Aurélio Santos, membro do CC do PCP que fará uma breve intervenção sobre a situação política.

No CT de Alcântara

No Centro de Trabalho de Alcântara em Lisboa, estará patente ao público amanhã a partir das 16 horas, uma exposição sobre a Revolução Socialista de Outubro e a realidade actual na URSS.

Na terça-feira, serão projectados dois filmes com início respectivamente às 18 e 30 e 21 e 30 horas. A exposição encerra na quarta-feira.

Erich Hahn / Alfred Kosing
A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA
Curso Básico



Uma obra indispensável sobre a filosofia Marxista-Leninista. importante instrumento para a transformação revolucionária do mundo.

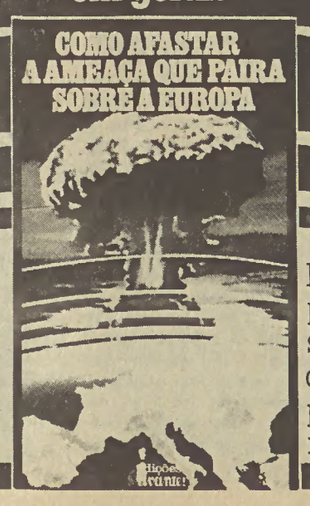
Curso básico acessível e gráficamente atractivo.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO 19 | edições Avante!

COMO AFASTAR A AMEAÇA QUE PAIRA SOBRE A EUROPA

Existe um equilíbrio estratégico-militar na Europa entre o Leste e o Oeste?

Porquê e em quê, a "dupla decisão" da OTAN sobre a arma "euro-estratégica" e a "opção zero" são perigosas para a segurança europeia e para a paz em geral?



É a estas e a outras perguntas semelhantes que este livro procura dar respostas.

edições Avante!

SEXTA FEIRA
4 - NOVEMBRO
às 21 Horas
FERROVIÁRIOS — BARREIRO
ESPECTÁCULO pró-CULTURAL centro
• TARQUIL
• FUTURO A CANTAR
• MÁRIO MOURA
• CARLOS SILVA
• BANZA
• COOPNHAL
"Compra já o teu bilhete"
=Há petiscos=
Org. F. Stª André
F. Barreiro - B.7
PCP

No âmbito da campanha de recolha de fundos para o novo Centro de Trabalho do Partido no Barreiro, a Comissão de Freguesia de S. André e a célula do Bairro Sete realizam hoje, a partir das 21 e 30, um espectáculo cultural em que participarão o grupo coral da «Coopinhal», o «Tarquil» (teatro amador), «Futuro a Cantar», Carlos Silva, Mário Moura e Grupo «Banza». O espectáculo será apresentado por José Manuel Parreira

Trabalhadores

ACÇÕES EM 17 E 24 DESTE MÊS

Resposta enérgica e luta persistente contra política de desastre PS-PSD

O Conselho Nacional da CGTP-IN reúne-se hoje e amanhã em Lisboa. Além da concentração de ontem junto à Assembleia da República, outras acções estão previstas para 17 e 24 do corrente. O Conselho Nacional da Inter decidirá sobre a forma ou formas que assumirá a «jornada nacional de protesto» no dia 17. Uma semana depois concentram-se em São Bento as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) das empresas públicas, nacionalisadas e participadas com o apoio da Central. A Comissão Executiva da CGTP decidiu ainda desenvolver acções populares contra o aumento do custo de vida.

Numa situação de boicote a qualquer negociação séria por parte do Governo com os Sindicatos, a Inter prossegue com as acções de massas contra «o agravamento dos problemas dos trabalhadores e do País».

O grande volume de salários por pagar, a tentativa de roubo do 13.º mês e as alterações à legislação laboral fazem parte de uma política desastrosa a que é urgente pôr termo «com a resposta enérgica e a luta persistente dos trabalhadores», sublinha a CGTP-IN que refere:

«A curto prazo a degradação da situação social atingirá níveis extremos, se forem por diante os compromissos assumidos com o FMI e a política consubstanciada nas grandes opções do Plano e no Orçamento do Estado para 1984: redução do investimento, da produção e do consumo; diminuição real das despesas com a saúde, a habitação, a educação; desemprego acelerado; novos aumentos de preços de bens essenciais; e redução real dos salários».

Num apelo à participação activa dos trabalhadores na discussão pública dos três projectos de diplomas relativos ao trabalho suplementar, ao direito de negociação colectiva na Função Pública e ao pagamento dos salários em atraso, a CGTP-IN rejeita os dois primeiros projectos «por conterem graves atentados aos direitos já conquistados pelos trabalhadores e reconhecidos pelas leis vigentes e pela Constituição». Quanto ao terceiro, a Central «apoia-o na generalidade, porque efectivamente ele dá resposta imediata aos problemas de mais de cento e vinte mil trabalhadores a quem o patronato não paga os salários há meses».

Num parecer sobre aquele projecto, que como se sabe é da autoria do grupo parlamentar do PCP, a Inter propõe algumas alterações, nomeadamente no que respeita a prazos. A CGTP «sugere ainda que se atribua competências aos tribunais de comarca na apreciação de situações emergentes do projecto de lei».

CGTP-IN na RPM

Uma delegação da CGTP-IN deslocava-se entretanto à República Popular de Moçambique. Convidada para fazer representar-se no acto oficial de constituição da Central Sindical da RPM, a delegação, que deve regressar a Lisboa no dia 6, é constituída por José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva do Conselho Nacional, e por Fernando Maurício, do Departamento de Relações Internacionais. Depois de ter participado naquele acto oficial, a delegação da CGTP-IN assistiu ao primeiro Congresso da Central moçambicana que decorreu no Maputo entre 1 e 4 do corrente. Num comunicado, antes da partida da delegação, a Inter refere que o convite «inscreve-se no quadro da consolidação e alargamento dos laços históricos de luta comum, de amizade e cooperação fraternais existentes entre os trabalhadores da República Popular de Moçambique e de Portugal».

SEGURANÇA SOCIAL Concentração hoje

• *Manifestação nacional no dia 16*

Junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais em Lisboa voltam a concentrar-se hoje os trabalhadores da Segurança Social. No III Encontro Nacional das suas organizações representativas, realizado em 25 do corrente, foi aprovada essa forma de luta para os dias 2 e 4, bem como uma manifestação nacional no próximo dia 16. Grande número de reivindicações específicas por satisfazer, juntas com outras do âmbito da Função Pública, na qual esses trabalhadores estão integrados, determinaram a aprovação dessas acções de luta, nomeadamente em defesa do diálogo com o Governo e de negociações produtivas no sentido de resolver uma série de problemas pendentes. A Segurança Social tem cerca de vinte mil trabalhadores.

O secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, ao convocar o III Encontro que decorreu no dia 25, simultaneamente em Lisboa, Porto e Coimbra, sublinhava o «momento particularmente difícil» que o sector atravessa.

Perante «a total recusa de diálogo por parte do Governo em geral e Secretaria de Estado em particular» é urgente «uma análise concreta da situação e das medidas a tomar para alteração do rumo dos acontecimentos», referia a Federação que salientava a falta de resposta do Governo a «questões fundamentais» como a «cessação das fases de instalação» dos Centros Regionais, integrando as Caixas; «aplicação do Decreto Regulamentar 10/83; publicação dos decretos que permitem salvaguardar os direitos essenciais dos trabalhadores das Caixas não integradas» naqueles Centros; e «publicação das Leis Orgânicas».

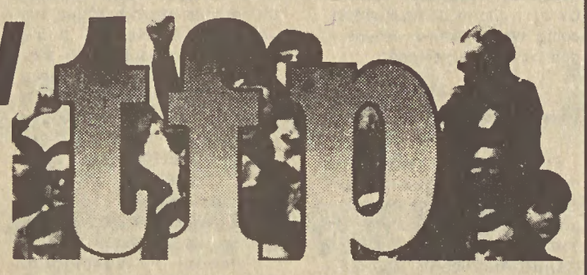
No III Encontro das ORT's da Segurança Social foi ainda reclamado, quanto aos Centros, a sua participação na estrutura das dotações dos quadros e mapas do pessoal, assim como nos critérios que venham a ser aplicados nos concursos de promoção.

O secretariado da Federação da FP, que acusa o Governo de «escandalosa falta de diálogo» com as organizações representativas dos trabalhadores, alerta para «a necessidade de intensificar a mobilização» no sentido de serem levadas à prática as decisões do III Encontro, de modo a permitir que seja dada resposta às tentativas do Governo para «protelar a resolução das questões essenciais».

A resolução aprovada no III Encontro das organizações representativas dos trabalhadores da Segurança Social, além das acções de luta já referidas e que prosseguem hoje, preconiza «a continuação da discussão de toda a problemática nos locais de trabalho» e prevê a «agudização das formas de luta, nomeadamente o recurso a um dia de greve no decorrer do mês de Novembro, caso não haja respostas satisfatórias da parte do Governo».

PELO DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

Dia 8: Encontro Nacional da Função Pública



Na sequência dos debates em cada Sindicato, as direcções sindicais da Frente Comum da Função Pública convocaram para o próximo dia 8, terça-feira, um Encontro Nacional sobre o Direito à Negociação Colectiva no sector. Na introdução aos textos de apoio àquela iniciativa, a Comissão Negociadora Sindical da FP considera, «desde já, sem prejuízo de parecer posterior, que o projecto de regulamentação do exercício do direito à negociação colectiva na Função Pública (da autoria do Governo) mais não é que um projecto de "imposição colectiva", pois mais não visa que dar ao Governo todos os poderes, tentando impedir que os Sindicatos tenham um efectivo papel de representação dos trabalhadores». Recorda-se que este assuntos de primeira importância para o sector, tem mobilizado fortemente os Sindicatos da Administração Central, Regional e Local, obrigando-os a adoptar formas de luta e a exigir um diálogo eficaz com os governos, especialmente com o objectivo de conseguir melhores salários e defender eficazmente os direitos de todos os que trabalham no sector.

Em 13 de Agosto, segundo a Lei 10/83, o Governo PS-PSD foi autorizado pela Assembleia da República a legislar no prazo de 120 dias sobre o «direito de negociação colectiva dos trabalhadores da Administração Pública».

Em 29 de Setembro findo, o Conselho de Ministros anunciou que tinha elaborado um projecto nesse sentido. O secretário de Estado da Administração Pública enviou, então, segundo a CNS «a algumas associações sindicais que representam interesses dos trabalhadores abrangidos», cópias desse projecto para que emitissem parecer no prazo de 30 dias. A Comissão Negociadora Sindical protestou, exponado ao secretário de Estado a necessidade de cumprir a Lei 16/79, de 26 de Maio, «que é bastante clara quanto ao mecanismo de participação das organizações dos trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho, nomeadamente através da publicação dos projectos de diplomas em separata do Boletim de Trabalho e Emprego, para apreciação pública pelas comissões de trabalhadores e associações sindicais».

No entanto, e já não é a primeira vez, a reivindicação legal e elementar dos Sindicatos parece ter caído, para o Governo, em saco roto. A verdade é que o projecto governamental não foi publicado, contrariando assim o que a lei estabelece nessa matéria para todos os trabalhadores sem excepções.

Convirá entretanto lembrar, como faz a CNS da Frente Comum da FP, que «no ordenamento jurídico-constitucional português o exercício do direito de negociação colectiva pelas associações sindicais, sem excepção, é um direito fundamental e irrecusável». E que «o conceito de negociação colectiva, que histórica, doutrinal e juridicamente está definido e é subjacente àquele direito constitucional, traduz-se no seguinte:

Faculdade legal de as associações sindicais representativas de um dado grupo profissional, por um lado, e as entidades empregadoras ou associações patronais, por outro, negociarem entre si as condições de trabalho emergentes da relação de emprego com vista à obtenção de um acordo que as vincule reciprocamente».

Mas no seu projecto para a Função Pública:

• O Governo utiliza a terminologia «negociação colectiva» para caracterizar um processo de mera auscultação de opiniões de sindicatos;

• O projecto em apreço é o pior dos projectos elaborados anteriormente (o elenco das matérias objecto de negociação é menor do que no projecto apresentado, por Meneres Pimentel; não há agora sequer a hipótese de consulta para a fixação da massa salarial prevista no projecto por Carlos Robalo);

• O projecto não é, nem pretende ser, verdadeira regulamentação do exercício de um direito irrecusável e, para bem o demonstrar, não prevê quaisquer mecanismos de resolução de conflitos!

Recorde-se ainda que, na prática, apesar de algumas reuniões com representantes do Governo, não foi possível até agora à CNS negociar com o Governo fosse o que fosse.

As sucessivas solicitações públicas de audiência com o Primeiro-Ministro ficaram, como se sabe, sem reposta. Os Sindicatos têm insistido (e nunca é demais) nessa audiência e noutras com elementos responsáveis do Governo com capacidade para negociar. Mas o Governo nem sequer deu, como se vê, a divulgação legal àquilo que designa por «Projecto de decreto-lei sobre o direito de negociação dos trabalhadores da Administração Pública», quanto mais dialogar com os Sindicatos ou aceitar as «12 Medidas» como plataforma negociável!

Em traços gerais o projecto apresenta-se, da parte do Governo, como instrumento para contrariar permanentemente qualquer tentativa séria de negociação e, principalmente, de negociação dos salários para 1984.

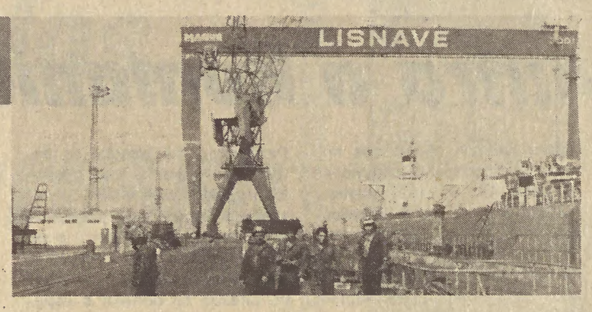
Para os trabalhadores interessados em aumentos salariais e garantias, que pelo menos acompanhem o aumento galopante do custo de vida, mantém-se a necessidade iniludível de continuar a luta e apoiar os Sindicatos que promovem o Encontro do dia 8, na Biblioteca Nacional, em Lisboa.

As reivindicações dos TFP são conhecidas. Continuam actuais as **12 Medidas Urgentes**, que os seus Sindicatos apresentaram ao governo anterior e voltaram a defender perante o Governo PS-PSD.

Os TFP não querem privilégios. O direito à negociação colectiva é um direito de todos os trabalhadores.

LISNAVE

Não ao plano Mello



• Reafirmada disposição de luta
• Apresentada proposta à administração

As organizações representativas dos trabalhadores da Lisnave rejeitam a proposta para o suposto «reequilíbrio económico-financeiro» dos estaleiros. Enviada recentemente à Parempresa (estudos de viabilização) essa proposta, segundo referiram as ORTs em conferência de Imprensa, não representa mais do que «as velhas aspirações do monopolista Mello». A empresa só seria viável «para conseguir benesses financeiras», no sentido de voltar a erguer o monopólio Mello em prejuízo da Lisnave. Num documento aprovado em Assembleia Geral de Trabalhadores, perante «as contradições» daquela proposta e da incerteza quanto ao futuro, sublinha-se que, além da rejeição das medidas apresentadas à Parempresa, os trabalhadores «reservam-se o direito de recorrer às formas de luta necessárias» caso a administração insista no ataque aos direitos e interesses dos trabalhadores.

As ORT's, que apresentaram à administração um documento de alternativa, reclamam o pagamento dos salários em atraso, não aceitam a redução dos postos de trabalho e sublinham que «as pretensões de eliminar os efectivos» tem em vista o funcionamento com contratados a prazo ou em subempreitada. Na proposta à Parempresa referem-se «para os próximos anos 100 navios para a Margueira e 140 para a Rocha» (instalações da Lisnave).

Direito aos salários

Na Assembleia Geral de 25 de Outubro, cujas conclusões foram tornadas públicas na segunda-feira, exige-se nomeadamente que «o patronato e o Governo cumpram o direito inalienável do pagamento dos salários, pondo cobro a esta criminosa injustiça social», exige-se «o respeito pelo direito ao trabalho consagrado na Constituição da República, contra aplicação da nova lei dos despedimentos (*lay off*) e reivindica-se «a negociação rápida e legal do contrato de trabalho da Metalurgia e Metalomecânica» (CCTV).

Numa moção aprovada durante a AGT de 25, avisa-se a administração e o Governo que «os trabalhadores da Lisnave não se deixarão vergar pela fome». Participando na luta dos metalúrgicos pelo CCTV, os trabalhadores da Lisnave sublinham que na empresa «reina a consciência de classe, amadurecida pela experiência do passado, bem como o firme objectivo da conquista de uma sociedade mais justa e mais fraterna».

Resposta geral

O documento aprovado pelos trabalhadores para entregar à administração é um texto muito extenso e pormenorizado. Num resumo distribuído aos jornalistas refere-se a dada altura que os trabalhadores têm aumentado «a riqueza criada para a administração a esbanjar em investimentos de 'rendibilidade duvidosa' e outras negociatas».

No entanto, a Lisnave «é economicamente viável». Acentuam as ORTs que, «desde 1976, o volume de vendas, a riqueza criada e a produtividade têm aumentado a um ritmo que poderemos considerar bom. De notar o ano de 1981, em que as vendas aumentaram em 44,3 por cento e a produtividade global em 43,3 por cento».

Reafirmam as ORTs que «a Lisnave não tem trabalhadores a mais» e que «os quatro mil trabalhadores previstos (na proposta entregue pela administração à Parempresa) não dariam resposta às possibilidades da empresa. Assim, infere-se que os Mellos querem recorrer aos contratos a prazo e ao "gancho"».

A Lisnave tem actualmente seis mil trabalhadores, que «estão certos da capacidade e dos reais valores económicos da sua empresa».

Na AGT de 25 foram expressos alguns desses valores:

• São as possibilidades que se nos abrem em termos de mercado interno e externo. É necessária uma maior agressividade no mercado tradicional. É necessário diversificar com vista a conquistar os outros.

• São os meios materiais e o saber que nos dão a capacidade de competir, com vantagens, internacionalmente.

• São sobretudo os trabalhadores, forjados na experiência de muitos anos de trabalho e dispostos a defender os seus postos de trabalho e a sua empresa, como uma importante unidade de produção nacional.

Os trabalhadores da Lisnave reafirmam que «conhecem perfeitamente as potencialidades do sector da indústria naval», e continuam a apresentar propostas concretas através das suas organizações representativas. Por isso «responsabilizam a administração Mello e os governos que a servem pelo maquiavélico processo de destruição da Lisnave e reiteram o apelo a todos os órgãos de soberania para uma análise profunda a todo o processo de destruição da maior empresa de reparação naval».

Os trabalhadores da Lisnave mostram a sua determinação em defender «os seus postos de trabalho e a sua empresa».

LUTAS

Pelos salários em atraso

• Mário Soares na Renault...

«O Primeiro-Ministro, visivelmente perturbado pela presença inesperada dos trabalhadores, respondeu a um dirigente sindical presente que **dialogar convosco só com a polícia**». Esta resposta de Mário Soares consta de uma nota à Imprensa difundida pela CGTP-IN na última segunda-feira. Aproveitando uma visita do chefe do Governo à Renault, em Setúbal, mais de 200 trabalhadores das ORTs de empresas sem salários na zona tentavam expor a Soares a «sua justificada preocupação pela existência de mais de 15 mil trabalhadores» nessa situação no distrito, o que «equivale a um milhão de contos devidos pelo patronato». Ainda segundo a nota da Inter, «os trabalhadores das ORTs das empresas com salários em atraso mantêm-se junto às instalações da Renault, como prova de que não se deixam intimidar com as ameaças do Primeiro-Ministro, exigindo sim que este intervenha no sentido de resolver a grave situação que vivem hoje no distrito (e no País) milhares de famílias, vítimas dos salários em atraso». Como se referiu no «Avante!» da semana passada, estava marcada para ontem uma concentração desses trabalhadores em frente à Assembleia da República. Outras acções foram anunciadas para 17 e 24 do corrente.

COMÉRCIO E SERVIÇOS – Uma lista de empresas deste sector, também afectadas pela falta de salário, era distribuída entretanto pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul. Constam da lista as empresas:

• **Bernardino do Livramento** (Almada): pagamento de um terço do salário de Setembro, despedimento de todos os trabalhadores contratados a prazo, suspenso um delegado sindical;

• **Saúl F. Lopes** (Almada): falta de pagamento dos salários e subsídios de férias de Agosto e Setembro;

• **Nobre & Teixeira** (Decoradora Almadense): pagou metade dos salários em Setembro no dia 7 de Outubro e a outra metade em 17. Dúvidas sobre os pagamentos de Outubro;

• **Joaquim Cabral – Supermercados Tem-Tudo** (Almada e Feijó): Pagamentos de salários sempre depois do dia 10. Forte repressão nas lojas;

• **Construções e Materiais de Construção Tracol** (Barreiro): os salários só são pagos depois do dia 15, subsídios de férias por pagar, despedimentos e repressão na loja;

• **Santiago Móveis** (Santiago do Cacém e Sines): não paga salários há dois meses. Não pagou os subsídios de férias. Não repõe os *stocks*.

• **Nutripol** (Setúbal): em situação de falência por falta de apoio do Governo. A média salarial ronda os 7500 escudos.

Desfile dos trabalhadores da MDF nas ruas do Tramagal, após a paralisação do último dia 17

METALÚRGICA DUARTE FERREIRA — Após um novo período de quatro dias de greve (adesão superior a 90 por cento) os trabalhadores da MDF prosseguem a luta pelo pagamento dos salários, pela revogação das medidas que retiram um conjunto de regalias sociais, pela viabilização da empresa.

Como já referimos em edições anteriores, os problemas naquela unidade metalúrgica agudizaram-se a partir do passado mês de Abril, data em que o pagamento dos salários começou a sofrer um atraso sistemático. Como se isto não bastasse a administração tomou recentemente um conjunto de medidas – consideradas retaliatórias e ilegais pelos trabalhadores – que constituem uma clara violação do contrato colectivo em vigor.

Por outro lado, a administração insiste em considerar que a viabilização da empresa passa por uma redução da massa salarial na ordem dos 200 mil contos/ano, o que corresponde, dito por outras palavras (e feitas as contas ao salário médio por trabalhador), ao despedimento de 700 a 800 trabalhadores.

Com efeito, do que se trata é mesmo de despedir, intenção esta que fica ainda mais evidente quando os administradores persistem em ocultar os *dossiers* sobre a reorganização económica e financeira, ignorando o que está disposto na lei sobre as comissões de trabalhadores.

Entretanto, bem diferente é a opinião dos órgãos representativos dos trabalhadores. Em seu entender é possível viabilizar a empresa, mantendo os postos de trabalho e salvaguardando os direitos e regalias.

Fundamentos para sustentar esta opinião não faltam. Como afirmaram ao «Avante!» representantes da Comissão de Trabalhadores e do Sindicato dos Metalúrgicos se houvesse um mínimo de empenho e não grassasse tanta incompetência e irresponsabilidade projectos como o de Malange (no valor de seis milhões de contos), o fornecimento do carro militar para o nosso exército, do carro todo-o-terreno para os bombeiros e de viaturas militares para Moçambique, chegavam e sobravam para fazer da MDF uma empresa próspera e rentável.

Internacional

INVASÃO DE GRANADA

Um balão de ensaio a pensar na Nicarágua

O Primeiro-Ministro israelita, Isaac Shamir, aplaudiu Reagan pela sua «corajosa» invasão de Granada; os aliados dos norte-americanos nas Antilhas, os que «pediram» a intervenção dos Estados Unidos, fizeram tímidas declarações a propósito das ameaças, segurança, retorno à democracia; as ditaduras latino-americanas optaram pelo silêncio comprometido; na Europa, Portugal foi o único país cujas autoridades não condenaram expressamente a invasão da pequena ilha das Caraíbas.

Nas Nações Unidas, os Estados Unidos tiveram de recorrer ao seu direito de veto para impedir a aprovação da condenação expressa pela sua invasão de Granada. De todo o mundo choveram protestos contra a inqualificável acção da administração Reagan. Dez dias depois da invasão Granada continua ocupada e cercada por 15 mil soldados norte-americanos, o número de mortos e feridos é ainda desconhecido, a resistência continua e a caça aos dirigentes do Partido Nova Jóia (que estava no poder) prossegue.

Indiferente às manifestações de protesto que alastram inclusive no seu próprio país e que chega ao cúmulo de considerar incompreensíveis, Reagan pronunciou na quinta-feira um discurso transmitido em Granada segundo o qual a acção das forças norte-americanas, naquele país como no Líbano, constituem dois aspectos da mesma luta contra o expansionismo comunista no mundo.

Sendo Granada, na opinião de Reagan, uma **colónia soviético-cubana em vias de se transformar num bastião militar para a exportação do terror e da luta contra a democracia**, a invasão registou-**se mesmo a tempo de o impedir!**

Torna-se difícil encontrar palavras que exprimam todo o horror, indignação e preocupação que a acção dos Estados Unidos provoca. O direito internacional torna-se através destas práticas um conceito vazio de significado. A soberania, a independência, o direito dos povos à autodeterminação não passam de palavras ocas enquanto for possível, seja a quem for, espezinhá-los a seu belo prazer.

A interrogação que se coloca é se será possível fazer alguma coisa; se perante a bestialidade de uma potência não seria de utilizar os mesmos métodos para lhe pôr cobro. Há quem defenda tal solução. Mas que resultaria disso? A III Guerra Mundial? E que resultaria dela para a humanidade?

Perante a complexidade de tais questões haverá quem pense que as portas da coexistência pacífica estão a ser fechadas e que no final a comunidade internacional se encontrará num beco sem saída.

Esse é o erro dos que confundem os governantes com os povos. Os povos do mundo em cujas mãos se encontra em última análise a chave do caminho do futuro.

Os mesmos povos que ontem assistiram incrédulos à invasão do Líbano pelos sionistas; os mesmos que depois de Hiroshima disseram que nunca mais; os que clamaram contra o Vietname dilacerado pelos Estados Unidos; os que se levantam em defesa de El Salvador, da Nicarágua, da Namíbia; os que condenam a África do Sul, o racismo, o *apartheid*, as ditaduras que oprimem povos em todos os continentes.

E que apesar de tudo ainda desconhecem como utilizar construtivamente o potencial da sua força, não porque a ignorância mas porque as contradições internas de cada um continuam mais fortes que a consciência da unidade para salvar o futuro da paz mundial.

O imperialismo sabe disso. E é o desespero de quem a longo prazo sabe não poder sobreviver que o leva a atear cada vez mais fogos, jogando com uma margem de risco cada vez maior. Para o imperialismo não existe alternativa. Ou se remete para a inacção e morre ou continua a criar conflitos que a longo prazo são igualmente a sua própria morte mas que lhe dão a ilusão de consolidação.

O que sucedeu em Granada em 24 de Outubro último não passa do desvendar parcelar de um plano muito mais amplo, como vários indícios vindos a público deixam perceber.

Um aviso

Em 1 de Outubro realizou-se na Guatemala uma reunião em que participaram os mais importantes chefes militares do chamado Conselho de Defesa Centro-Americana (CONDECA), que reúne, além daquele país, El Salvador, Honduras, Panamá e Costa Rica. E os Estados Unidos, evidentemente. A Nicarágua de Somoza também fazia parte, mas desta vez como é óbvio não foi convidada para a reunião. Segundo a opinião generalizada dos meios diplomáticos centro-americanos a reunião visou a reactivação da CONDECA, criada para defender os interesses vitais dos Estados Unidos, de modo a dar-lhe a operacionalidade necessária para ser utilizada contra a Nicarágua e El Salvador.

Em 18 de Outubro, o «New York Times» informava que o exército norte-americano preparava a formação de novas divisões de infantaria ligeira para intervenções na América Central; estas unidades, formadas por oito a doze mil homens, estariam equipadas com artilharia pesada, armamento ligeiro, munições e alimentos de modo a poderem deslocar-se para qualquer ponto sempre que necessário.

No dia 30 era o «Sunday Times» quem anunciava que a administração Reagan iria tentar instalar na Nicarágua um «governo provisório» numa zona tomada ao governo sandinista através de uma invasão militar. Citando várias fontes, o jornal britânico revela que o plano inclui a utilização das tropas da CONDECA para a defesa do dito governo provisório, apoiadas pelas forças norte-americanas nas Honduras e ao largo da Nicarágua.

Também o «Washington Post» reproduz declarações de um senador norte-americano segundo o qual na recente reunião entre a Comissão Senatorial de Negócios Estrangeiros e o director da CIA, William Casey, este afirmou que a invasão de Granada deveria ser entendida por Cuba e pela União Soviética como um aviso em relação à Nicarágua.

Os dirigentes da Frente Sandinista não alimentam dúvidas quanto à veracidade deste plano. De acordo com declarações do comandante Victor Tirado, **todos os indícios, todas as informações recolhidas pelo Serviço de Informação Militar, indicam que está já em curso uma agressão de grande envergadura contra a Nicarágua.**

A invasão de Granada terá sido assim um pretexto, um balão de ensaio, um aproveitar da oportunidade criada pelos problemas internos do Partido Nova Joia que culminaram com a morte de Maurice Bishop.

Todas as «justificações» apresentadas por Washington são no mínimo ridículas, mesmo que se ponha de lado a questão fundamental de que nenhum direito assistia aos Estados Unidos para levar a cabo a invasão. Granada é uma ilha sem dúvida com importância estratégica, mas fora o «mau exemplo» de ser uma democracia em nada podia afectar o poderoso vizinho do norte.

Com uma superfície mínima, uma população que não chega aos 120 mil habitantes e umas forças armadas que não atingem os dois mil homens, Granada vive sobretudo do turismo. Dizer que tão minúsculo país constituía uma ameaça para o gigante norte-americano seria anedótico, não fora a gravidade da situação.

As agressivas intenções de Granada que segundo Reagan presidiam à construção do aeroporto da ilha e foram invocadas como mais uma razão para a invasão — como se os granadinos não tivessem direito de dispor do seu território como bem entendessem — afinal não existiam, como a empresa britânica envolvida no projecto declarou no início desta semana.

Resumindo questões, nenhuma das justificações de Reagan justifica seja o que for, como de resto a comunidade internacional prontamente reconheceu. Isto sem falar já de que os Estados Unidos dispõem desde há algum tempo de uma verdadeira praça forte nas Antilhas, através do mini-pacto militar que reúne Barbados, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Dominica e Santa Lúcia sob a sua égide.

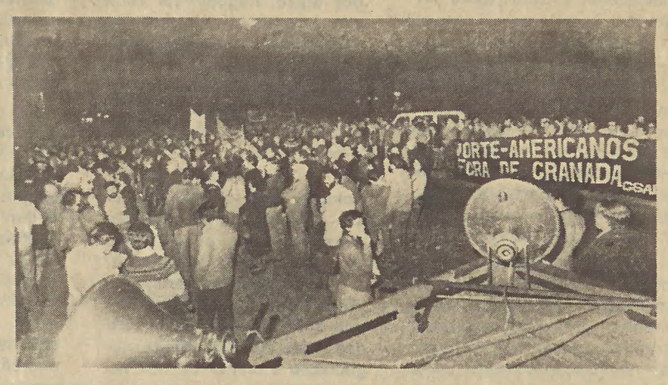
Por incómodo que fosse o regime de Granada e por mais que os Estados Unidos desejem ver no poder onde quer que seja os defensores dos seus interesses, a ilha não passa de uma gota de água na grande taça dos interesses norte-americanos. A mobilização de 15 mil homens para tomar de assalto uma ilha tão pequena tem todos os traços de um exercício ao vivo de um plano maior. Que mata, destrói, arrasa, aniquila a soberania de um povo, é verdade. Mas isso que interessa ao imperialismo norte-americano?

Os próximos dias podem ser decisivos para a América Central, em particular para a Nicarágua. Ninguém poderá dizer que não está avisado.

Protesto nacional

Ao contrário do Governo PS/PSD, o povo português condenou severamente a invasão de Granada e criticou os Estados Unidos pela sua política belicista, exigindo a retirada imediata e incondicional as tropas norte-americanas para que o povo de Granada decida livremente o seu destino.

Assim se pronunciaram, entre muitas outros, 168 intelectuais das mais diversas tendências políticas, o Conselho Português para a Paz, a CGTP-Intersindical, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, autarquias, reformados, jovens, mulheres através das suas organizações próprias. O apoio dado à manifestação de protesto realizada na segunda-feira junto à embaixada dos EUA em Lisboa é um exemplo que o Governo devia aproveitar. Para ter ao menos a dignidade de não ofender os sentimentos do povo português, como o fez na degradante tomada de posição em relação à invasão de Granada.



ARGENTINA

O futuro depende da acção popular

Domingo passado 80% do eleitorado argentino foi às urnas votar por um novo presidente da República, a constituição das duas Câmaras do Congresso Nacional e ainda os dirigentes distritais e autárquicos. Os resultados são conhecidos: a vitória da União Cívica Radical, com sete milhões e meio de votos. O Partido Justicialista (peronista), que contava nomeadamente com o apoio dos comunistas, e com forte implantação na classe operária, obteve 5,8 milhões de votos, ou seja cerca de 40%.

Nas suas primeiras declarações, o candidato dos radicais e futuro presidente, Raul Alfonsin, que durante muitos anos foi o dirigente da tendência mais progressista dentro da União Cívica Radical, apontou, como orientações imediatas da política interna e externa, a concretização de um programa mínimo comum com os peronistas, a possibilidade de constituição de um governo de «união nacional», o controlo directo das FFAA através da sua dependência do ministério da Defesa (recorde-se que as FFAA argentinas assumem parcela decisiva da responsabilidade do período ditatorial vivido pelos argentinos ao longo de quase oito anos, caracterizado por uma política claramente antipopular e repressiva), e ainda, a nível externo, a participação na acção e na linha política do Movimento dos Não-Alinhados. Definidos os resultados eleitorais, que inevitavelmente condicionarão a evolução político e socioeconómica da Argentina neste período mais próximo — não é naturalmente ainda o momento de lançar luz sobre um futuro que será obra do próprio povo argentino. Mas há, sem dúvida, alguns factos que podem ser realçados.

Um primeiro ponto, é o papel das massas populares, a sua quotidiana presença nas ruas, influindo de forma evidente na evolução dos acontecimentos que conduziu a um acto eleitoral na evolução dos acontecimentos que conduziu a um acto eleitoral considerado como o regresso do país à democracia.

Desencadeada — como processo de massas — quando dos acontecimentos das Malvinas, essa activa participação popular na vida política da Argentina, impôs mudanças sérias, em plena ditadura militar.

Em causa, por um lado, uma acção que se tentou manter em limites estreitamente nacionalistas (a recuperação da soberania nacional sobre as Malvinas), mas que rapidamente assumiu um carácter abertamente anti-imperialista.

Simultaneamente são trazidos para a rua problemas candentes do povo argentino. A exigência de liberdade e democracia, os gravíssimos problemas económicos, a questão que mantém toda a sua actualidade, dos desaparecidos. As «mães da Praça de Maio» integraram-se no movimento de massas contra a intervenção militar e de carácter colonialista da armada britânica, contra o apoio dos EUA ao seu parceiro da NATO, pela democratização da vida nacional. E simultaneamente, a exigência de esclarecimento sobre a situação dos desaparecidos, contra todas as formas de repressão, assumiu também carácter nacional.

É assim, que ainda com a Junta no Poder, vemos a Argentina declarar a sua fidelidade aos ideais e princípios dos Não-Alinhados, apoiar resoluções condenatórias da prática política de Israel e da Árica do Sul, debater a inauguração de uma representação da OLP em Buenos Aires, ou ainda apoiar a Nicarágua, nomeadamente no plano económico, fortalecer os contactos com Cuba e as relações mutuamente vantajosas com a União Soviética e outros países socialistas.

Um outro ponto importante são os profundos problemas e contradições com que o país se debate. País que — e esse não é problema menor — está na mira dos Estados Unidos (de recordar que, ainda não há muito, a embaixadora — já tristemente célebre — dos EUA na ONU, declarou que os EUA «gostariam de ver na Argentina um governo semelhante ao que existe em Salvador» (!).

Problemas sociopolíticos, que os próprios resultados eleitorais reflectem, e que passam pela realidade de uma classe operária dividida.

Agudos problemas económicos: dois milhões de desempregados (16 por cento da população activa). Uma dívida externa que em Dezembro de 82 atingia os 39 mil milhões de dólares. Uma inflação impressionante: em Fevereiro de 81 um dólar equivalia a dois mil pesos, enquanto em Maio de 83 correspondia já a 81 mil pesos. Com tudo o que estes problemas podem acarretar de dependência económica e, portanto, de dependência política.

De qualquer forma, um marco foi ultrapassado. O Parlamento, os Sindicatos, os Partidos políticos — e em resumo o povo argentino — têm entre mãos outras e melhores condições para a solução dos problemas do seu país. Em que pela sua activa participação, têm mostrado o seu total empenhamento.

O vergonhoso comunicado de Jaime Gama

1. O comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a invasão de Granada por tropas norte-americanas vale como uma clara confissão de total alinhamento e subserviência do Governo PS/PSD face à administração Reagan.

2. Ao declarar o seu apoio à operação de agressão e invasão desencadeada pelos Estados Unidos contra a soberania e a integridade territorial de Granada, o Governo PS/PSD, calcando princípios elementares que a Constituição da República consagra, assinou uma das páginas mais indignas da política externa portuguesa depois do 25 de Abril.

3. Tendo em conta que responsáveis de outros governos de países europeus, mesmo os que são conhecidos por uma profunda ligação à administração Reagan, se pretenderam dissociar da acção norte-americana, pode afirmar-se que o comunicado do MNE parece destinado a provar que na Europa capitalista em matéria de servilismo ninguém bate o Governo PS/PSD, no qual, significativamente, o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros são dois destacados dirigentes do Partido Socialista.

4. O PCP denuncia ainda o revoltante cinismo do comunicado do MNE nomeadamente quando se declara hipocritamente favorável ao restabelecimento da «normalidade» em Granada e vem ao mesmo tempo dar o seu apoio à situação totalmente anormal de um país soberano ser invadido pelos EUA e quando se pronuncia alegadamente por uma «convivência interna» em Granada e vem ao mesmo tempo avalizar a tentativa de impor um governo fantoche ao povo granadino, através da força das armas, da agressão e ingerência externa.

5. O comunicado do MNE assume um gravíssimo significado nacional. É que ao reconhecer na prática aos EUA o direito de intervenção militar em qualquer parte do globo onde considerem que os interesses do imperialismo norte-americano estão ameaçados, para tanto riscando do mapa as fronteiras e soberanias nacionais e espezinhando a vontade e os direitos dos povos, o Governo está implicitamente a limitar, enfraquecer e desprezar a própria soberania e independência nacionais.

Trata-se de uma atitude que ofende frontalmente os sentimentos patrióticos do povo português e que coloca o Governo que a toma à margem da legalidade constitucional.

26/10/1983
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

EUA

Uma «cruzada» contra a Humanidade

«Nunca fomos agressores. A força da América e, em última análise, a sua capacidade militar, é uma força empenhada na paz e não na conquista, pela democracia e não pelo despotismo, pela liberdade e não pela tirania». São palavras do presidente norte-americano, Reagan, na Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o desarmamento. Não pretende naturalmente ser uma tirada de humor negro. Mas bem parece. Hoje talvez mais do que nunca.

Quando soldados norte-americanos, integrados numa estranha «força de paz», bombardeiam povoações libanesas e lançam as bases de uma nova base militar norte-americana extra fronteiras.

Quando soldados norte-americanos – 15 mil – se mobilizam na invasão de uma pequena ilha de pouco mais de 100 mil habitantes. Pela excelente razão de que, sempre segundo a opinião de Reagan, Granada era uma «colónia soviéto-cubano em vias de se transformar num bastião militar para exportação do terror e da luta contra a democracia»...

Estamos, portanto, em plena «cruzada». É uma vez mais Reagan quem afirma ao declarar que a invasão de Granada (que na sua óptica não é uma invasão...), tal como a presença, com perspectivas de reforço, dos *marines* no Líbano, são dois vectores de uma mesma luta. A luta «contra o expansionismo comunista no mundo».

Cruzada que, verdade seja dita, não é criação do actual presidente norte-americano. Na verdade é a base da própria política imperialista.

Das origens da «cruzada»

Basta aqui relembrar o memorando n.º 7 do Conselho de Segurança Nacional, que antecedeu de um mês a criação da NATO, em Abril de 1949. Aí se afirma que «A **destruição do comunismo mundial** dirigido pelos sovietes é de enorme significado **vital** para a segurança dos Estados Unidos. **É impossível atingir esse objectivo através de uma política defensiva.** Portanto, os Estados Unidos devem assumir o papel dirigente na organização de uma contra-ofensiva mundial que mobilize e fortaleça as nossas forças e as forças anticomunistas do mundo não-soviético e mine o poderio das forças comunistas».

A questão – essa sim, vital – é que os tempos são outros. A arrogância do imperialismo no pós-guerra assentava numa superioridade militar nítida, hoje perdida, e em particular no monopólio da arma nuclear. Mas num contexto que estava bem longe de ser favorável ao relançar de uma guerra, e em particular contra um país que funcionara como bastião da Humanidade contra o nazismo: a URSS.

A paridade militar entre o Tratado de Varsóvia e a NATO, posteriormente alcançada, abriu caminho a um período frutífero de criação das bases do desanuviamento. É a fase da história dos nossos dias em que Helsínquia foi possível, vários tratados de limitação da corrida aos armamentos são assinados, a situação resultante da guerra na Europa é reconhecida, nomeadamente pela RFA, e consagrada em acordos, o próprio presidente Nixon reconhece formalmente a paridade entre os dois blocos militares e a necessidade de relações pacíficas.

Mas se este período em que alguns passos são dados no caminho do desanuviamento é favorável não só a um melhor relacionamento entre Estados mas à luta geral dos povos pela sua libertação – não o é, exactamente pelas mesmas razões, aos desígnios do imperialismo, com uma sensível perda de posições e a grande e heróica lição do Vietnam.

Hoje, o que está em jogo, é a tentativa de recuperação de posições perdidas. O que significa multiplicação de focos de tensão, ingerência em toda a parte onde estejam ameaçados os «interesses vitais» do grande capital, o empenho na reconquista da superioridade militar. E tudo isto no quadro de uma capacidade militar, a nível mundial, que inequivocamente significaria o fim da Humanidade em caso da sua utilização numa guerra generalizada.

O carácter da actual contra-ofensiva do imperialismo é expresso, de forma muito clara, por William Clark, na qualidade de conselheiro da Segurança do presidente norte-americano, numa intervenção na Universidade de Georgetown, em Maio de 1982. Então foi afirmado: «A nossa estratégia prevê **a utilização das forças armadas para atingir rapidamente objectivos políticos** específicos em condições vantajosas para os Estados Unidos e seus aliados». E ainda: «**Temos interesses vitais em toda a parte do mundo,** nomeadamente no que se refere a vias marítimas».

Que «interesses vitais»?

Na Assembleia das Nações Unidas destinada a debater e contribuir para o desanuviamento e o desarmamento, Reagan assimilou todo o movimento revolucionário a nível mundial à «mão de Moscovo». Particularmente visados os actos dos «guerrilheiros terroristas apoiados pela União Soviética» na América Central e na América Latina, em África e no Médio Oriente, nas Caraíbas e na Europa, actos que «violam os direitos do homem e espalham a violência no mundo».

Assim se pretende justificar a «cruzada» de Washington. Não já propriamente contra a comunidade socialista e os comunistas, mas na verdade contra todas as forças que se batem pela liberdade, pela democracia, ou muito simplesmente pela independência nacional. Cruzada que abarca todo o mundo, em nome dos «interesses vitais» norte-americanos. Que interesses?

Vale a pena referir aqui alguns números significativos.

Entre 1961 e 1980, os Estados Unidos investiram 43,82 biliões de dólares nos países em vias de desenvolvimento, dos quais só 14,85 biliões vinham directamente dos EUA. Este investimento — normalmente qualificado como «ajuda» — deu um lucro de 114,84 biliões de dólares, dos quais 85,85 biliões regressaram aos Estados Unidos. O que significa que **os lucros assim obtidos foram 5,5 vezes superiores às somas investidas.**

Por outro lado, os países em vias de desenvolvimento são, para os EUA, fornecedores privilegiados de matérias-primas estratégicas. Concretizando: os Estados Unidos só têm 27 das 95 matérias-primas utilizadas na sua produção industrial. Segundo cálculos de especialistas norte-americanos, em 1985 os EUA deverão importar pelo menos 50% dos recursos energéticos e dos minerais, em particular o ferro.

Estes os «interesses vitais» que justificam a intervenção dos *marines* em qualquer parte do mundo. «Interesses vitais» que igualmente justificam a conquista de pontos estratégicos (como é o caso de Chipre ou Granada); o necessário alimentar da máquina militar, também pela criação de pontos de tensão um pouco por todo o mundo; a liquidação desse «impecilho» que é a luta revolucionária dos povos. Se possível, a liquidação do próprio socialismo como sistema, hoje concretizado ou em edificação em praticamente todos os continentes.

Granada e Líbano dois exemplos actuais

Entre 1946 e 1975, os Estados Unidos enviaram as suas tropas ou ameaçaram com a intervenção militar, 215 vezes. Nesse mesmo período foi admitida a utilização da arma nuclear — utilizada, como todos sabemos, e com as terríveis consequências conhecidas, em Hiroshima e Nagasaki — 19 vezes, quatro das quais contra a União Soviética. Trata-se de dados da «Brookings Institution», uma organização norte-americana, e que no fundamental confirmam que os EUA desencadearam ou participaram na quase totalidade de todos os conflitos militares no mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que já fizeram dezenas de milhões de mortos.

Face a este quadro seríamos tentados a afirmar que os mais recentes acontecimentos, relativos ao Líbano e a Granada, não trazem nada de novo. Inserir-se-iam, pura e simplesmente, na política geral do imperialismo, consequentemente seguida desde o fim da guerra, e com objectivos bem precisos.

Mas um maior aprofundamento dos factos aponta noutra direcção: a verdade é que, se as pretensões são as mesmas, as condições para a sua concretização têm-se alterado sensivelmente, até atingir hoje um limite que põe em causa a própria vida na Terra.

Juntamente com outras alterações da cena política internacional, a grande vitória do povo vietnamita contra o imperialismo americano, abriu uma outra fase na própria política internacional promovida por Washington, fase em que foram evitadas as intervenções militares directas dos EUA, tentando-se a aplicação da sua política por outras mãos, ou melhor, por outros exércitos, naturalmente orientados pelos «conselheiros» norte-americanos. Também no Médio Oriente — como em África e na América Central — muitos esforços têm sido desenvolvidos nesse sentido.

Neste momento, assistimos no **Líbano** a uma **intervenção militar directa norte-americana.** Com um pretexto pretensamente plausível — a sua integração numa «força de paz» internacional.

Em **Granada** — novo passo na escalada — **já não se invoca nenhum pretexto credível.** E mais — não restam dúvidas de que Granada é um degrau mais nos preparativos de uma intervenção militar directa contra a Nicarágua.

Simultaneamente está em vias de concretização, com a **chegada dos primeiros novos mísseis nucleares norte-americanos à Europa**, um novo salto qualitativo na corrida aos armamentos.

Em síntese — assistimos a uma nova fase da política externa norte-americana. Sem dúvida porque ao imperialismo já só resta o «argumento» e a muleta das armas. Argumento que não serve — é verdade. Mas que nos coloca a todos nós numa situação-limite. Como foi dito na grande Marcha da Paz realizada sábado, também em Lisboa «Ou a Humanidade acaba com a guerra ou é a guerra que acaba com a Humanidade».